

Nos territórios do Rei. A moradia real de D. Dinis no termo de Lisboa: o Paço de Frielas

Milton Pedro Dias Pacheco¹

I. Justificação do estudo

O nosso interesse académico pelo estudo da arquitetura civil portuguesa de matriz palaciana teve início durante os trabalhos de pesquisa encetados para a nossa dissertação mestrado em História da Arte, dedicada ao primitivo Paço Episcopal de Coimbra – o atual Museu Nacional de Machado de Castro –, e defendida nos inícios de 2010 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra².

A partir de então fomos continuando a direcionar a nossa investigação dentro desta mesma linha temática da arquitetura palaciana, não apenas a episcopal como também a régia, nomeadamente no período correspondente à Monarquia Dual do ramo ibérico da Casa de Áustria, entre 1580 e 1640, apresentando os primeiros resultados desta investigação no *Congresso Internacional The Habsburgs and their Courts in Europe, 1400-1700. Between Cosmopolitism and Regionalism*, com a comunicação “Palaces on the edge of the Atlantic: The architectural reformation and the space ritualization of the Portuguese royal residences during the reign

¹Faculdade de letras da Universidade de Coimbra (FLUC); Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (CHAM – NOVA FCSH); Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, Universidade de Coimbra (CIEC – UC). E-mail: miltonpacheco@fcsh.unl.pt. ORCID: 0000-0002-1574-8252.

² PACHECO, Milton Pedro Dias – *Por detrás de um Museu. O Paço Episcopal de Coimbra: história e memória*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009. Dissertação de Mestrado em História da Arte.

of Phillip I of Habsburg (1580-1598)”³, realizado na *Österreichische Akademie der Wissenschaften*, em Viena, entre os dias 7 e 10 de Dezembro de 2011⁴.

Durante a consulta da já abundante bibliografia especializada, na busca dos principais preceitos basilares da cultura material dos complexos palacianos erguidos no território português, com o intuito de compreender desde os modelos de organização espacial às tipologias arquitetónicas construídas, deparámo-nos com a quase total ausência de referências documentais à morada régia que D. Dinis detinha em Frielas, em Loures. Realizadas as primeiras pesquisas e reunidos os principais apontamentos decidimos participar no *Congresso Internacional Dom Dinis. 750 anos do seu nascimento*, organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa e a Câmara Municipal de Odivelas em 11 de Outubro de 2011, com a comunicação intitulada “Para governar e desfrutar. As residências palatinas dionisinas”. Entretanto, com a realização do *IV Colóquio A Nova Lisboa Medieval* dedicado a “Os Territórios de Lisboa”, organizado pelo Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa nos dias 19 e 20 de Novembro de 2015, surgiu-nos oportunidade de apresentar os muitos resultados colhidos ao longo dos últimos anos e que agora, em boa hora, são publicados.

No âmbito do mecenato artístico promovido por D. Dinis num amplo conjunto de residências régias da Coroa foi fundamental a consulta dos trabalhos académicos de José Custódio Vieira da Silva, referentes à arquitetura palaciana medieval em geral e ao Paço Real de Sintra em particular⁵; de António Filipe Pimentel, no seu completo estudo dedicado ao Paço Real de Coimbra⁶, de Saul António Gomes, com o seu trabalho dedicado ao complexo militar do Castelo de Leiria no qual estavam acoplados os denominados *Paços Velhos*⁷, e ainda de Francisco Pato de Macedo, sobre o complexo monástico da comunidade clarista de Coimbra, junto do qual D. Isabel de Aragão mandou construir o Paço de Santa Clara⁸.

A especificidade do tema e as referências documentais a determinadas estruturas arquitetónicas nas imediações do desaparecido Paço Real de Frielas

³ PACHECO, Milton Pedro Dias – “Palaces on the edge of the Atlantic: The architectural reformation and the space ritualization of the Portuguese royal residences during the reign of Phillip I of Habsburg (1580-1598)”. In KARNER, Herbert; CIULISOVÁ, Ingrid; GARCÍA GARCÍA, Bernardo J. (eds.) – *The Habsburgs and their Courts in Europe, 1400-1700. Between Cosmopolitanism and Regionalism*. Volume 1. Viena: PALATIUM, 2014, pp. 55-71.

⁴ No âmbito deste congresso internacional beneficiámos de uma *Short Visit Grant* concedida pela *European Science Foundation*.

⁵ SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 2002; SILVA, José Custódio Vieira da – “Espaços e lugares: o paço”. In MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores/ Temas e Debates, 2010, pp. 78-97.

⁶ PIMENTEL, António Filipe – *A morada da Sabedoria. O Paço Real de Coimbra. Das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra: Almedina, 2005.

⁷ GOMES, Saul António – *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1995.

⁸ MACEDO, Francisco Pato de – *Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Singular Mosteiro Mendicante*. Lisboa: Caleidoscópio, 2016.

obrigou-nos ainda a recorrer aos estudos levados a cabo por Mário Jorge Barroca⁹, de Manuel Sílvio Alves Condes¹⁰ e de Luísa Trindade¹¹ dedicados à arquitetura residencial senhorial medievo, caracterizada pela presença das estruturas turiformes e fortificadas.

Aos estudos atrás mencionados somam-se, naturalmente, os escassos diplomas originais produzidos pela chancelaria dionisina – depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo –, as crónicas medievais e as fontes impressas na Época Moderna que, apesar das múltiplas lacunas historiográficas, revelam ser ainda os únicos repositórios de elementos documentais, muitos deles difíceis de entender e compreender perante a inexistência material do antigo edifício palaciano de Frielas. Também os relatórios resultantes das múltiplas campanhas de arqueologia, amavelmente disponibilizados pela Divisão de Cultura – Área de Museus do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Loures¹², permitiram compreender melhor as raras preexistências materiais sobreviventes resultantes dos diferentes momentos de ocupação na área de implantação do antigo edifício régio¹³.

⁹ BARROCA, Mário Jorge – “Arquitectura Gótica Civil”. In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Presença, 2002, pp. 86-133; BARROCA, Mário Jorge – “Em torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares”. *Revista de História*, vol. IX (1989), pp. 9-53; BARROCA, Mário Jorge – “Torres, Casas-Torres e Casas-Fortes: A Concepção do Espaço da Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs.XII-XV)”. *Revista de História das Ideias* 19 (1998), pp. 39-103.

¹⁰ CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Construir, habitar: A Casa Medieval*. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011.

¹¹ TRINDADE, Luísa – “O Paço Sobre a Riba: histórias de uma torre na cerca Coimbra”. *Conímbriga*, n.º XLV (2006), pp. 397-424; TRINDADE, Luísa – “Um sedimento, uma ruína, um projecto. O Paço dos Vasconcelos em Santiago da Guarda. Enquadramento histórico-artístico”. *Monumentos*, n.º 25 (2006), pp. 214-217, aos quais acrescem os mais recentes estudos dedicados à arquitetura palaciana dos séculos XV e XVI: TRINDADE, Luísa – “Casas da Corte nas margens do rio: o Tejo como curso e paisagem”. In LOZANO BARTOLOZZI, Maria del Mar; MÉNDEZ HERNÁN, Vicente – *Paisagens culturais del agua*. Cáceres: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura/ Ministerio de Economía y Competitividad/ Vicerectorado de Investigación, Transferencia e Innovación de la Universidad de Extremadura, 2017, pp. 85-99; e, em colaboração com GOES, André Dias – “O Paço do Infante D. Henrique no Convento de Cristo, em Tomar”. In CRAVEIRO, Maria de Lurdes; GONÇALVES, Carla; ANTUNES, Joana – *Equipamentos monásticos e prática espiritual*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja – Conferência Episcopal Portuguesa, 2018, pp. 339-366.

¹² Gostaríamos de manifestar o nosso profundo agradecimento à Dra. Ana Raquel Silva, da Divisão de Cultura – Área de Museus do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Loures, e à Dra. Edite Frazão, da Área de Documentação Fotográfica do Arquivo Municipal de Loures, pelo atencioso apoio na cedência de documentação escrita e registos fotográficos referentes ao espaço da antiga implantação do Paço Real de Frielas durante a nossa investigação.

¹³ Importa ainda agradecer os assertivos comentários expressos pelos avaliadores científicos, que em muito enriqueceram o presente artigo, e todas as diligências assumidas pelo Prof. Doutor João Inglês Fontes no decurso da realização do congresso e da presente publicação. Um agradecimento muito especial é dirigido à nossa muito estimada colega e Amiga a Arq. Doutora Sandra M. G. Pinto pelas sempre muito pertinentes achegas científicas.

II. A construção do Reino dionisino

As crónicas encomiásticas dedicadas aos primeiros reis portugueses revelam que desde o “tempo dos Mouros hauia em Portugal muitos lugares desabitados, & ermos, outros arruinados, & sem muros, & defensão”¹⁴. Com a ascensão de D. Dinis ao trono português, que ao “tempo que el Rei Dom Afonso. III. falleceo, era o Infante Dom Dinis seu filho primogénito de XVII. annos. Pollo que tanto que foi jurado & levantado por Rei, tomou logo o governo dos reinos absolutamente”¹⁵, os “ermos pououo de nouo, & nelles fez lugares, & lhe deu foros, & os caídos, ou mal murados refez & fortaleceo, em grande ornamento & vtilidade do reino”¹⁶.

Os excertos retirados das crónicas de Duarte Nunes de Leão, redigidas dois séculos depois, permitem assinalar o momento do início do reinado de D. Dinis, em 16 de Fevereiro de 1279, e identificar algumas das suas principais políticas governativas. Nas palavras do cronista régio, D. Dinis foi um governante “tam prouido, que sendo o Rei que mais deu, foi o Rei que mais deixou” a Portugal¹⁷.

A dinâmica política de construção material do Reino promovida por D. Dinis também não escaparia ao poeta quinhentista Luis Vaz de Camões que n’*Os Lusíadas* evocou as “Nobres villas [que] de nouo edificou”, com suas “Fortalezas, castelos muy seguros” e os “edifícios grandes, & altos muros” erigidos. Enfim “quasi o Reino todo reformou”¹⁸. De uma forma ou de outra, as crónicas históricas que lhe foram consagradas e as obras de literatura que o mencionam mostram que foi um grande Rei profundamente comprometido com o seu pequeno Reino¹⁹.

Estabelecidas as bases de concórdia entre o Rei de Portugal e o Rei de Castela e Leão, com a assinatura do Tratado de Alcañices em 1297, encerrou-se o ciclo de formação do Reino português, com a definição do espaço territorial nacional que chegou, grosso modo, até aos dias de hoje, e iniciou-se uma vigorante política de reordenamento do território, com a fundação de novos aglomerados populacionais e equipamentos defensivos nas regiões mais periféricas²⁰.

¹⁴ LEÃO, Duarte Nunes de – “Chronica del Rei Dom Afonso o Terceiro”. In *Crónicas dos Reis de Portugal*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1975, p. 167.

¹⁵ LEÃO, Duarte Nunes de – “Chronica del Rei Dom Dinis”. *Crónicas dos Reis de Portugal*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1975, p. 191.

¹⁶ LEÃO, Duarte Nunes de – “Chronica del Rei Dom Afonso o Terceiro”, p. 167.

¹⁷ LEÃO, Duarte Nunes de – “Chronica del Rei Dom Afonso o Terceiro”, p. 167.

¹⁸ CAMÕES, Luis de – *Os Lusíadas*. Lisboa: Por António Gôçalvez, 1572, Cant. III, Est. 98, fl. 54v.

¹⁹ A par das referências feitas pelos autores portugueses antigos, desde Ruy de Pina e Duarte Nunes de Leão a Luis de Camões, também o poeta italiano Dante Alighieri o mencionou na célebre obra *La Divina Commedia*, terminada por volta de 1321, portanto, ainda em vida de D. Dinis, colocando o Rei português no sexto céu móvel – o Céu de Júpiter, o espaço dedicado à alegoria da Justiça –, portanto a caminho de alcançar o último estádio celestial, o *Empíreo*. ALIGHIERI, Dante – *A Divina Comédia*. Lisboa: Quetzal, 2013, “Paraíso”, XIX, 139, 765.

²⁰ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. Lisboa: Temas e Debates, 2008, pp. 18-19, 117; LEÃO, Duarte Nunes de – “Chronica del Rei Dom Afonso o Terceiro”, p. 167; COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portuguesa, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*. Vol.III. Lisboa: Oficina Real Deslandesiana, 1712, pp. 271-272; FERRO, Maria José Pimenta – “Para o estudo da numária de D. Dinis”.

De norte a sul do território português “domavam-se terras incultas, secavam-se pântanos e pauis, povoavam-se matas. Por entre os direitos e deveres contratados de parte a parte, definiam-se mecanismos financeiros que permitissem o erguer de estruturas defensivas. As muralhas de pedra, as portas sobrepujadas das armas reais ou a presença protectora da torre de menagem, foram elementos cruciais para a captação dos povoadores, garantindo a salvaguarda de corpos e bens contra a violência e destruição provocada pelos exércitos inimigos”²¹. De facto, a presença do Rei fazia-se sentir em todo o Reino, não só através das constantes deslocações da Corte²² e da atuação dos oficiais da Coroa²³, como também através dos símbolos reais, como os brasões de armas dispostos nas construções erigidas e intervencionadas sob o seu direto patrocínio²⁴.

Durante o seu reinado nunca “o binómio povoamento-defesa” encontrou “uma articulação tão perfeita”, numa época na qual se assistiu a “uma verdadeira campanha de construção e de reforço das estruturas arquitectónicas militares, sem paralelo até então, e que só nos finais da Idade Média e inícios da Época Moderna voltaria a repetir-se”²⁵. Segundo o historiador José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, o autor da mais atualizada obra biográfica dedicada ao Rei D. Dinis, o período de 1288 a 1304 pode ser classificado como o *ciclo do apogeu dionisino*²⁶, muito embora este projeto político se prolongasse nos anos vindouros com as reformas operadas

In *Do Tempo e da História*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1972, p. 226; ALMEIDA, Balbina Rodrigues de – *D. Dinis. Breve estudo da sua chancelaria*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1969 pp. V-XXV, CXIX, 309-310. Dissertação de Licenciatura em História; CARMONA, Joaquim da Silva – *Documentos da Chancelaria de D. Dinis (1287-1289). Subsídios para o Estudo da Época Dionisina*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1968, pp. 100-110. Dissertação de licenciatura em Ciências Históricas.

²¹ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 17.

²² Nos princípios do século XIII, Afonso X, Rei de Castela e avô materno de D. Dinis, asseverou que a Corte era o “logar do es el rei”. TRINDADE, Luísa – “Casas da Corte nas margens do rio”, p. 86.

²³ Também em nome do Rei, os oficiais régios percorriam as regiões mais afastadas das principais urbes com o intuito de consolidar a máquina administrativa da Coroa, conforme sugerem os estudos de COELHO, Maria Helena da Cruz – “A acção régia de D. Afonso III e D. Dinis em Caminha”. In *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI. I – Notas do Viver Social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 199-237; KRUS, Luís – “O rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sosas”. In ROSA, Maria Lurdes; MATTOSO, José – *A construção do passado medieval. Textos Inéditos e Publicados*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 59-92.

²⁴ A Coroa dispunha de um corpo de oficiais encarregue de implementar os projetos de (re)povoamento dos burgos, de (re)organização das infraestruturas urbanas e de (re)construção das estruturas defensivas. Luísa Trindade identificou para os casos das vilas de Paço de Rei, Penaguião e Fermentões os nomes do clérigo Estevão Lourenço e Paio Eanes de Valença, para Monsanto, Sabugal e Miranda do Douro, os cistercienses Pedro, João e Estevão. Seriam estes os clérigos Pedro Pais, João d’Alporão e Estevão Lourenço mencionados no documento da chancelaria dionisina? TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*, pp. 258-259, 306; CARMONA, Joaquim da Silva – *Documentos da Chancelaria de D. Dinis (1287-1289)*, p. 92.

²⁵ Alves Conde destaca ainda para o século XIV o grande investimento encetado por D. Fernando. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, p. 170; CONDE, Manuel Silvio Alves – *Construir, habitar: A Casa Medieval*, p. 149.

²⁶ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, pp. 14, 169-171, 222.

em tantos outros sistemas defensivos e militares nacionais²⁷, mesmo nos derradeiros anos do seu reinado²⁸.

Responsável por um ininterrupto impulso empreendedor, o Rei determinou a implementação de um conjunto de medidas de conceção urbanística e de construção arquitetónica que se traduziria no maior surto edificador de toda a primeira dinastia²⁹. A par da renovação das infraestruturas públicas nas principais urbes do Reino, nomeadamente na já grande cidade de Lisboa – onde ordenou a construção de “muitos edifícios, & entre elles a Rua Noua dos ferros, e os paços da Alcaceua” de Lisboa³⁰ –, assistir-se-ia ao incremento de uma enérgica estratégia de edificação de complexos militares e concentração de aglomerados populacionais nas regiões do Alentejo, Beira Interior, Alto Douro e Trás-os-Montes³¹.

Conforme revela a documentação conhecida, D. Dinis teve especial “apetência pela propriedade não só de casas mas de todo o tipo de tendas de comércio ou mesmo de meios de produção”³², comprando, vendendo e arrendando as muitas propriedades disseminadas por uma larga área geográfica. Foi, inegavelmente, um dos grandes proprietários do Reino, dispondo de “imóveis profusamente espalhados por todo o País, desde as pequenas leiras minhotas às azenhas algarvias, desde as salinas ribatejanas aos soutos beirões. E se é certo que a maior parte desses bens era constituída por propriedades rústicas, também sabemos que em várias cidades

²⁷ LEÃO, Duarte Nunes de – “Chronica del Rei Dom Dinis”, p. 203; ALMEIDA, Balbina Rodrigues de – *D. Dinis. Breve estudo da sua chancelaria*, p. XCVII. Sobre os empreendimentos de arquitetura militar encetados no período dionísio *vide* os estudos de BARROCA, Mário Jorge – “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”. *Revista da Faculdade de Letras: História*, n.º 15 (1998), pp. 801-822; BARROCA, Mário Jorge – *As fortificações do litoral português*, Lisboa: Edições INAPA, 2001; e de MONTEIRO, João Gouveia – *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média*. Coimbra: Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.

²⁸ Em Maio de 1324, oito meses antes do seu falecimento, D. Dinis ordenou a reparação dos estragos provocados no Castelo de Leiria durante o cerco militar que o próprio comandara contra o revoltoso infante seu filho, conforme atesta a epígrafe da torre de menagem: na era de “M^a. CCC LXII ANNOS FOI ESTA TORE COMEÇADA VIII DIAS DE MAYO E MANDOU A FAZER O MUY NOBRE D DENIS REY DE PORTUGAL E DO ALGARUE E FOE ACABADA”. GOMES, Saul António – *Introdução à História do Castelo de Leiria*, pp. 109, 114, 118, 137-140; GOMES, Saul António – “Torre e Prisão”. In *Torre de Menagem do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 2001, p. 15; SEQUEIRA, Gustavo de Matos – “Leiria. O Castelo e o Paço”. In *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Leiria*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1955, p. 57.

²⁹ DIAS, Pedro – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 39; PINTO, Sandra M. G. – *Análise formal: Recursos, Princípios, Métodos, Subsídios metodológicos para o conhecimento da Cidade Portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006, p. 102. Dissertação de mestrado em Arquitectura, Território e Memória.

³⁰ LEÃO, Duarte Nunes de – “Chronica del Rei Dom Dinis”, pp. 234-235.

³¹ D. Dinis parece ter acompanhado com extrema minúcia as principais empresas construtivas do Reino, conforme sugere a carta de foral outorgada à povoação de Viana do Alentejo, nos arredores de Évora: “fazer cerca de muro em que seja a villa de III braças em o quall lugar que lhes El Rey mandar”. ANTT, *Leitura Nova, Livro 3 de Místicos*, fols. 53v-55r, *apud* TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*, pp. 74, 145, 477; OLIVEIRA, Eduardo Freire – *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, tomo I. Lisboa: Typographia Universal, 1882, p. 155; GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 11-12.

³² PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, p. 272.

e vilas detinha o monarca importantes rendimentos, provenientes dos prédios urbanos que nelas possuía”³³.

A vasta e diversificada propriedade privada do Rei, composta por edifícios residenciais e comerciais (prédios, casas, sobrados, sótãos, quintãs e tendas) e unidades oficinais e agrícolas (açougues, fornos, lagares, currais, celeiros, estrebarias e terras de cultivo), foi sendo contínua e largamente aumentada durante todo o seu reinado, apesar dos inevitáveis escâmbios, transações e concessões³⁴. Contudo, nem todos os contratos celebrados em nome do Rei, em torno das suas propriedades, tiveram um interesse puramente económico, no sentido de produzir mais riqueza³⁵.

³³ GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV”, p. 11.

³⁴ Sem a pretensão de elencar um arrolamento exaustivo da propriedade régia de D. Dinis decidimos reunir uma pequena, mas muito esclarecedora, amostra do seu património imobiliário, identificando, sempre que possível, a tipologia física, a localização geográfica e a data de aquisição. Em Lisboa o Rei possuía uma tenda nas Fangas Velhas, na freguesia da Madalena (adquirida em 1285, 20 de Março), um quarto de uma casa, com sótão e sobrado, na freguesia de São Nicolau (1294, 4 de Agosto), umas casas compradas à viúva Maria Esteves na freguesia de Santa Cruz (1299, 11 de Setembro), “duo palatia in quibus posuit galeones” na freguesia de Santo Estevão (1299), e um campo e umas “casas pequenas”, no Chão da Feira (doados em 1319 e em 1321); em Guimarães adquirira umas casas de habitação (1284, 3 de Novembro); em Bragança comprara duas casas (1286, 6 de Agosto); em Leiria tinha duas casas dentro do Castelo da vila, um prédio com quintal e duas casas com adegas (1292, 31 de Outubro (?)), “comprou as casas que mandou fazer” (1293, 23 de Setembro), outras casas próximas do Paço do Bispo (1294, 4 de Agosto), e uma outra casa na freguesia de São Pedro (1299, 31 de Março); em Alvito dispunha de uma herdade em Água de Peixes (1306, 8 de Novembro); em Atouguia dispunha da metade de uma casa (1307, 8 de Maio); em Faro possuía umas casas junto da Igreja de Santa Maria (1313, 6 de Novembro); nas vilas de Alegrete e Vide tinha várias propriedades (1315, 5 de Setembro); e em Torres Vedras era proprietário de uma casa no adro de Santiago (1317, 12 de Fevereiro). É ainda possível saber que num período de dez anos, entre 1285 e 1295, D. Dinis dispôs de várias propriedades que, entretanto, foram cedidas: uns moinhos em Alvela; uma quinta em Arroios; três leiras de uma herdade em Baião; uma casa e respetivo campo em Beja; uma tenda e uma “casa com dous portaaes” em Évora; vinte e oito casas na Guarda; uma almoinha em Guimarães; um casal em Guirela; um sótão na judiaria de Lisboa; uns casais em Mondim; e um reguengo em Vila do Conde. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, pp. 168, 266; GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV”, pp. 12, 39; SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 82, nt. 8; REGO, António da Silva – *As gavetas da Torre do Tombo*. Vol. II. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, Docs. 1907, 1917, 1959, 1962, 1975, 1995, 2107-2109, 2119; GOMES, Saul António – *Introdução à História do Castelo de Leiria*, pp.138, 287; MARREIROS, Rosa – *Chancelaria de D. Dinis. Livro II*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura/ Palimage, 2012, Doc. 252, p. 285; GODINHO, Alice Correia – *D. Dinis. Subsídios para o estudo da sua chancelaria*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1969, Docs. 72, 114, 119, 124, 126, 132, 135, 137, 138, 147-148, 177, 245-246, 253-254, 261-263, 265-266, 275-276, 281-285, 306-307. Dissertação de Licenciatura em História; SOUSA, Luís Alberto da Silva – *Subsídios para o estudo Chancelaria de D. Dinis. Livro II. Folhas 109v-141*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1969, Docs. 15-34, pp. 17-30. Tese de licenciatura em História; SILVA, Augusto Vieira da – *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. II. Lisboa: s.n.t., 1949, p. 92. Mais dados poderão ser colhidos nos estudos de RAVARA, António Pinto – *A Propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e D. Dinis)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967. Dissertação para licenciatura em História, e de SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval. Das Taijas a D. Dinis*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutoramento em História, na especialidade de História Medieval.

³⁵ As aquisições realizadas pelo Rei não se destinariam apenas em aumentar a sua propriedade. Tal como D. Isabel de Aragão, D. Dinis empreendeu diversas obras de carácter assistencial para apoio da população, conforme sugerem a compra de uma propriedade em Santarém para a instalação de uma gafaria e a construção de umas casas de habitação para os baleiros de Peniche. A sua ação mecenática estendeu-se ainda ao Mosteiro de Santa Maria, em Alcobaça, onde planeou ser sepultado, e ao Mosteiro de São Dinis, em Odivelas, onde na realidade veio a ser inumado – assim como uma sua filha que ingressou nesta comunidade –, à edificação das duas igrejas dedicadas a São Dinis, uma em Porto Novo, Penafirme, e outra em Vila Real, e à construção da

III. A rede dos paços régios dionisinos

O contínuo avanço militar dos cristãos sobre os territórios de ocupação muçulmana acabaria por ditar, entre os finais da primeira metade e os inícios da segunda metade do século XIII, a transferência da Corte de Coimbra para Lisboa. Adoptando mecanismos governativos similares aos das restantes cortes itinerantes europeias da Baixa Idade Média, a Corte deslocava-se com bastante regularidade pelo Reino, “obviando assim a uma administração central ainda imperfeita, dirimindo conflitos, mostrando-se às gentes e exercendo localmente a sua autoridade, praticando a justiça, enfim governando”³⁶.

Dentro do contexto político coevo, a constituição de uma rede de paços régios refletia a necessidade de o Rei se deslocar constantemente pelo Reino³⁷ e assegurava o estabelecimento físico dos espaços de manifestação e exercício do poder real. Foi precisamente nesta conjuntura que os reis D. Afonso III e D. Dinis, assim como as suas esposas rainhas, despoletaram uma verdadeira *revolução paçã* em Portugal na segunda metade do século XIII e primeiro terço do século XIV³⁸.

As moradas residenciais de D. Dinis, assumindo-se como centros privilegiados da autoridade do Rei e do funcionamento do aparelho administrativo da Coroa³⁹, reuniam as condições básicas para o alojamento, quase sempre transitório, do Rei, da Família Real e do crescente séquito da Corte, constituído por um corpo de altos oficiais da chancelaria régia incumbidos de o apoiar no governo do Reino.

De modo a atenuar os excessos fatigantes do complexo aparelho administrativo da Coroa, da exigente máquina militar do Reino e da árdua política diplomática ibérica, D. Dinis organizou frequentes deslocações até às residências reais de vilegiatura estabelecidas nos seus domínios, em reguengos e em coutos régios. Em todas estas moradas, o Rei repartia o seu tempo entre os entretenimentos e os

Capela de Nossa Senhora da Escada, junto da casa dominicana lisboeta. Foram ainda consideráveis os apoios económicos destinados aos conventos da Ordem de São Domingos de Évora, de Lisboa e de Tui, em Espanha. Mas entre as suas obras mais meritórias ganha relevo o estabelecimento do primeiro *Studium Generale* em Portugal, instalado em Lisboa em 1290, ação régia que determinou “fazer casas para as escolas antes do ano de 1291”. SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 32; BARROCA, Mário – *Epigrafia Medieval Portuguesa*. Vol. II, tomo II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 1342-1348; MONTEIRO, frei Pedro – *Claustro Dominicano*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979, pp. 248-250; RAU, Virginia – “Itinerário del-rei D. Dinis”. In RAU, Virginia – *Itinerários Régios Medievais: elementos para o estudo da administração medieval portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1962, p. 68; GOMES, Saul António – *Introdução à História do Castelo de Leiria*, p. 143; GOMES, Saul António – “A Chancelaria Régia de D. Dinis”, Doc. 6-II, p. 24; DINIS, António Joaquim Dias – “Escritura da doação do infante D. Henrique à Universidade”. In *Monumenta Henricina*. Vol. IV, 1431. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1962, Doc. 3, p. 5, nt. 4.

³⁶ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, p. 84.

³⁷ BARROCA, Mário Jorge – “Arquitetura Gótica Civil. Paços Reais”, p. 92.

³⁸ PIMENTEL, António Filipe – *A Morada da Sabedoria*, p. 278.

³⁹ MATTOSO, José – “A consolidação da monarquia e a unidade política”. In *História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 292-294.

divertimentos comuns à época que lhe permitiam conhecer a propriedade, proceder ao aprovisionamento de víveres e, complementarmente, promover a colecta de impostos junto das populações residentes fora dos grandes centros urbanos.

Identificando-o como um verdadeiro galanteador, o cronista Ruy de Pina asseverou que D. Dinis foi um “grande trovador, & quasi o primeiro que na lingoa Portuguesa sabemos screuer versos” trovadorescos⁴⁰. O próprio cognome de o Rei-Poeta prova-o. Torna-se assim inevitável associar a existência de algumas destas residências de veraneio a circunstâncias muito específicas quando procurava momentos de maior intimidade e reclusão, afastando-se, por razões óbvias, dos círculos frequentados pela Corte, muito embora haja registos explícitos da estada conjunta de D. Isabel de Aragão e do infante D. Afonso⁴¹.

Com base nos mapas dos itinerários régios de D. Dinis, demarcados a partir do cotejo dos diplomas expedidos pela chancelaria régia dionisina, um estudo encetado primeiro por Virgínia Rau em 1962⁴² e depois continuado por Maria Ângela Beirante em 1969⁴³, e ambos estudados no âmbito das residências régias por Rita Costa Gomes em 1994⁴⁴, é possível traçar as suas movimentações dentro e fora do Reino⁴⁵, e, sobretudo, identificar e localizar os paços régios habitados, muitos deles associados a alguns dos mais relevantes atos da política régia nacional⁴⁶.

⁴⁰ PINA, Ruy de – *Chronica del-Rei D. Dinis*, vol. I, p. 33.

⁴¹ Segundo Nunes de Leão, D. Dinis “sendo mancebo” foi “mui dado a molheres. E segundo parece não conversou poucas. Porque todos seus filhos bastardos forão de diversas mães”. Sendo, portanto, conhecidas as infidelidades do Rei é natural que este diligenciasse as suas atividades extraconjugais fora dos itinerários partilhados com D. Isabel. Julgamos assim que o Rei começou a preferir estanciar em Frielas em virtude da vila de Sintra, com o respectivo edifício pação, estar na posse de D. Isabel de Aragão, e depois, a partir de 1300, na do infante D. Afonso. Dessa forma, as suas estadas no Paço de Sintra acabariam por ficar sempre condicionadas, não querendo ser vigiado pela esposa, nem causar a impressão de estar a vigiar o irmão. Conforme sugere o testemunho de frei Francisco Brandão, os familiares diretos do Rei ficaram com o usufruto do Paço de Sintra, quer a sua esposa, D. Isabel de Aragão “senhora de Sintra, & destes Paços” desde 1287, quer a sua sobrinha, filha de D. Afonso, “Infanta D. Isabel Senhora da Villa de Sintra, entendo que teue a posse tambem dos Paços que oje são de nossos Reys”. Um último argumento que merece ser referido assenta na inexistência de diplomas régios despachados em Sintra, em contraposição aos exarados em Frielas, como evidenciou Sotto Mayor Pizarro. No entanto, como teremos oportunidade de verificar, importa salientar que os registos documentais atestam que D. Isabel acompanhou D. Dinis durante algumas das suas estadas em Frielas. LEÃO, Duarte Nunes de – “*Chronica del Rei Dom Dinis*”, p. 193; BRANDÃO, Frei Francisco – *Sexta parte da Monarchia Lusitana*. Lisboa: Oficina Ioam da Costa, 1672, pp. 184-185; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, p. 316; BARROCA, Mário Jorge – “Arquitectura Gótica Civil. Paços Reais”, p. 98; Lisboa, Arquivo Histórico Militar (AHM), *Privilegios de Santiago. Uclés*, Caixa 263, n.º 28 (1310, 20 de Julho – Carta de concessão outorgada por D. Dinis a D. Vataça da Comenda de Santiago do Cacém), *apud* RODRIGUES, Sebastião Antunes – “Rainha Santa – Cartas Inéditas e outros documentos”, *Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal*, vol. XVI (1958), p. 201.

⁴² RAU, Virgínia – “Itinerário del-rei D. Dinis”.

⁴³ BEIRANTE, Maria Ângela – *Estudo de alguns documentos da Chancelaria de D. Dinis (1291-1293)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1969. Dissertação de Licenciatura em História.

⁴⁴ GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis Portugueses nos finais da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

⁴⁵ GONÇALVES, Iria – “A mesa, com o Rei de Portugal (séculos XII-XIII)”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, n.º XIV (1997), p. 20.

⁴⁶ Muitos dos edifícios residenciais ocupados pelos monarcas portugueses ao longo da Baixa Idade Média foram progressivamente preteridos e inevitavelmente aforados, com suas propriedades envolventes de produção

Conforme asseveram os testemunhos mais antigos, no momento de assumir o governo do Reino, em 1279, o jovem D. Dinis fixou domicílio em Lisboa, o principal assento da Corte e o eixo central do seu governo⁴⁷, primeiro no Paço Real de São Bartolomeu⁴⁸, nos arredores do Castelo de São Jorge, e depois no Paço Real da Alcáçova, mandado erguer pelo próprio no interior do castelo⁴⁹. O Rei detinha ainda outras residências instaladas nos castelos de Coimbra, Leiria e Santarém, e nas imediações rurais de Lisboa, em Sintra e em Frielas, duas moradias mais vocacionadas para a vilegiatura, ainda que em qualquer ponto do território nacional e em qualquer momento do dia, o Rei mantivesse sempre as suas funções governativas⁵⁰.

O característico *nomadismo* da Corte dionisina, praticado maioritariamente entre as zonas de grande densidade urbana e maior fluxo comercial durante o *período de afirmação*, portanto entre 1279 e 1287, impunha a existência de habitações permanentes à disposição do Rei e do seu séquito. Entre 1291 e 1293, D. Dinis estanciou por longos períodos de tempo em Lisboa, onde se demorou duzentos e um dias, em Coimbra, cidade onde em oitenta e três dias despachou cinquenta e três diplomas régios, e Santarém sessenta e dois dias. Passou ainda algum tempo no Porto, em Évora e em Leiria. Mas Lisboa foi a urbe preferida para o governo central do Rei, pois, “a própria abundância de residências régias mostra-nos que esta cidade se convertia no lugar preferido pela corte e assumia o papel de verdadeiro capital do Reino”⁵¹.

agrícola e de caça, à nobreza que gravitava em torno da Coroa. Esta realidade abrangeu os paços de Benfica, Belas ou Lumiar. TRINDADE, Luísa – “Casas de Corte nas margens do rio”, p. 90.

⁴⁷ GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV”, p. 11, nt. 1.

⁴⁸ O Paço de São Bartolomeu, onde segundo a tradição nasceu D. Dinis em 1261, ficava localizado nas imediações do Castelo de São Jorge, no flanco Este fora do pano de muralhas, e da primitiva igreja de São Bartolomeu, edifício cultural com o qual estava ligado por uma galeria superior e ao qual se ficou a dever a sua designação. Aparentemente, terá sido mandado construir por D. Afonso III, ao qual surge na sua documentação como “*palatiiis meis*” em Março de 1264, muito embora esta hipótese tenha sido rejeitada por Ferreira de Andrade. COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*, vol. III, p. 350; ANDRADE, Manuel Ferreira de – *Palácios Reais de Lisboa*, pp. 97-98.

⁴⁹ A transferência da residência régia do Paço de São Bartolomeu para o Paço da Alcáçova poderá ter acontecido após uma eventual campanha de obras, de ampliação e/ou renovação material, promovida por D. Dinis entre 1290 e 1299, quem sabe se em virtude do cataclismo que se abateu sobre Lisboa em 1290 (hipótese ora rejeitada ora aceite por Manuel Fialho Silva!). Mencionado no *Inventário das casas e tendas* de D. Dinis, o Paço da Alcáçova – “*habet domnus Rex*” –, tornar-se-ia na principal moradia dos sucessivos monarcas portugueses em Lisboa durante cerca de duzentos anos, até à construção do Paço da Ribeira por D. Manuel I nos princípios do século XVI. SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 88; PACHECO, Milton Pedro Dias – “compor os negocios do Reyno”: O Paço da Ribeira e a política de legitimação do poder de D. Filipe I de Portugal”, in *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora* III Série, n.º 1 (2016), pp. 54-65; SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis*, pp. 220, 227.

⁵⁰ Excluímos os paços do Lumiar e o de Xabregas de forma intencional, uma vez que não é possível determinar a ocupação residencial ou a intervenção material nestes edifícios no reinado de D. Dinis. SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 83.

⁵¹ BEIRANTE, Maria Ângela – *Estudo de alguns documentos da Chancelaria de D. Dinis*, pp. CXCI-CCII.

Posteriormente, a partir da década de 1310, a área geográfica dos itinerários régios parece ter-se mantido praticamente inalterável, muito embora se tenha registado uma maior regularidade na ocupação das residências dentro ou próximas de Lisboa, Santarém e Coimbra – numa geografia preferencialmente percorrida também por D. Afonso III, seu pai⁵² –, cuja localização reunia uma “multiplicidade de factores entre os quais a densidade ou distribuição da jurisdição e propriedades régias”⁵³.

Nos últimos dez anos, porventura em virtude da idade e/ou condição física, D. Dinis circunscreveu as suas deslocações à região do Vale do Tejo⁵⁴, no triângulo geográfico de Lisboa, Santarém e Frielas (Fig. 1).

Conforme asseverou Sotto Mayor Pizarro, nos últimos cinco anos de vida, o Rei incluiu o Paço de Frielas nos itinerários percorridos entre Lisboa e Santarém, pois “além da sua importância e do gosto do monarca em ali estanciar, também é óbvio que essas escolhas estavam associadas às melhores condições que os paços aí existentes ofereceriam”⁵⁵. Todavia, durante as deslocações o Rei nem sempre recorreu às suas próprias moradas oficiais que detinha em determinadas cidades, vilas e burgos, situação invulgar é certo, mas que, em nosso entender, sugerem ou o avançado estado de degradação dos edifícios ou a sua transformação em verdadeiros estaleiros no decurso de eventuais campanhas de beneficiação material e ampliação espacial⁵⁶.

⁵² Segundo Leontina Ventura e Resende de Oliveira nestes burgos se “encontravam os seus paços mais importantes”. VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de – “Os Livros do Rei. Administração e cultura no tempo de D. Afonso III”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. XXV (2012), p. 184.

⁵³ GOMES, Rita Costa – “Monarquia e Território: Residências reais portuguesas, séculos XIV a XVI”. In SABATIER, Gérard; GOMES, Rita Costa – *Lugares de Poder*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 87, 94-95; MARREIROS, Rosa – “A propriedade da Coroa na região de Leiria ao tempo de D. Dinis”. In *II Colóquio sobre História de Leiria e da sua região*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1995, pp. 279-280.

⁵⁴ Do ponto de vista estratégico, a grande região do Vale do Tejo revelava-se fundamental para o abastecimento das cidades de Lisboa e Santarém, motivo pelo qual D. Dinis concentrou esforços na fundação de sucessivos núcleos urbanos entre 1295 e 1304, como Salvaterra (de Magos), Atalaia, Asseiceira, Tojeira e Muge. TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*, pp. 380-381.

⁵⁵ A estes fatores devemos acrescentar um outro. Em 1310, D. Dinis estava prestes a atingir os cinquenta anos de idade, fator biológico que acarretaria os sintomas próprios da idade e as inevitáveis limitações físicas que poderiam condicionar as deslocações mais distantes. Somente o conflito militar desencadeado pelo infante rebelde obrigou D. Dinis a dirigir-se primeiro para Leiria e depois para Coimbra já com uma idade bastante avançada. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, pp. 84, 208, 237, 315; BEIRANTE, Maria Ângela – *Estudo de alguns documentos da Chancelaria de D. Dinis*, pp. LI-LII.

⁵⁶ Esta questão surgiu-nos precisamente durante a estada de D. Dinis na vila de Santarém, em 12 de Janeiro de 1285, tendo ficado hospedado no Convento de São Domingos e não no edifício do Paço Real. Qual teria sido o motivo: a degradação do imóvel ou a resolução do monarca em pousar numa das mais prestigiadas comunidades religiosas escalabitanas? Contudo, volvidos trinta e três anos, em 1318, D. Dinis assistiu no mesmo Paço de Santarém ao contrato nupcial celebrado entre a infanta D. Maria, filha que havia tido de D. Marinha Gomes, e D. João de la Cerda. E logo um ano depois, em 1319, veio a assinar o decreto de instituição da Ordem de Cristo em Portugal. BRÁS, José Campo – *Santarém. Raízes e Memórias*. Santarém: Santa Casa da Misericórdia de Santarém, 2000, pp. 29, 32-33; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, p. 245.



Fig. 1 – Localização de Lisboa, Sintra e Frielas sobre o mapa *Portugalliae que olim Lusitania*. Detalhe em destaque rodado a 90° com o Norte na direita. Fernando Álvares Seco | *Portugalliae que olim Lusitania* | Gravura aguarelada | 1560. Proveniência: Biblioteca Nacional de Portugal [Cota PURL.pt/22207]

A movimentação régia fora dos tradicionais percursos viários e cursos fluviais que ligavam as principais urbes medievais portuguesas implicaria ainda, com alguma frequência, o alojamento dos séquitos reais em residências privadas, com uma clara preferência pelos paços episcopais, abaciais ou senhoriais, fazendo assim valer o direito de aposentadoria, privilégio extensível a todos os membros das comitivas integrantes⁵⁷. Perante a impossibilidade de disporem de alojamento em residências paças ou habitações privadas para pernoitar, as comitivas régias, em alternativa, poderiam recorrer a estruturas de acomodação portáteis, de fácil transporte e rápida montagem, como as tendas requeridas para os acampamentos erguidos durante as campanhas militares e as expedições diplomáticas encetadas aos vizinhos reinos ibéricos⁵⁸.

Naturalmente, consoante determinados acontecimentos políticos e a interação com as individualidades neles envolvidos, o alojamento preparado para a acomodação temporária do Rei e das suas comitivas poderiam implicar a construção de estruturas efémeras de grande dimensão material e aparato ornamental, como as “grandes, e custosas cazas” levantadas para a celebração das bodas régias entre o Rei português D. Dinis e a infanta aragonesa D. Isabel ocorridas no campo de Trancoso⁵⁹.

O território de implantação geográfica das residências régias dionisinas é caracterizado pela sua localização e proximidade de um aglomerado de burgos bastante populosos, estabelecidos estrategicamente em pontos vitais para a eficiente administração governativa e competente controlo militar, dotados de redes viárias, vias fluviais e portos marítimos, fundamentais à deslocação de pessoas, animais e mercadorias.

Nos territórios sob o domínio direto de D. Dinis iriam assim nascer e renascer, consecutivamente, múltiplas residências régias da Coroa portuguesa na Baixa Idade Média, umas herdadas de seus antecessores, outras deixadas para os seus sucessores,

⁵⁷ PIMENTEL, António Filipe – *A morada da Sabedoria*, p. 255; GOMES, Saul António – *Introdução à História do Castelo de Leiria*, p. 139; SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 25. Sobre as aposentadorias régias no século XV, sobretudo em Lisboa, vide o nosso estudo PACHECO, Milton Pedro Dias – “O Paço dos Estaus. A génese fundacional de Quatrocentos”. In FONTES, João Luís Inglês; et al. (coords.) – *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016, pp. 313-351.

⁵⁸ De acordo com as informações recolhidas nas crónicas dionisinas, o caso mais paradigmático ocorreu quando D. Dinis atravessou os reinos de Castela e Aragão, nos princípios de Agosto de 1308, para dirimir as contendas surgidas entre os dois soberanos ibéricos, a célebre *Sentença Arbitral de Torrellas*. Apesar do Rei de Castela, seu genro, ter disponibilizado as chaves de todas as fortalezas inseridas no itinerário a percorrer para nelas “fazer prestes as pousadas & mantimentos”, D. Dinis preferiu “não entrar em lugares pouoados, mas alongarse delles o mais que podesse. E que para isso ia prouido de muitas tendas [...] com grande & Real aparato de baixelas de ouro & prata, & ricos ornamentos”. Na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, o relato deixado pelo conde de Barcelos, D. Pedro Afonso, filho de D. Dinis, é bastante esclarecedor quanto à numerosa e aparatosa comitiva cerca de mil pessoas que acompanhava o Rei português. LEÃO, Duarte Nunes de – “Chronica del Rei Dom Dinis”, pp. 205-207; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, pp. 155-156.

⁵⁹ LEÃO, Duarte Nunes de – “Chronica del Rei Dom Dinis”, pp. 205-207.

mas todas elas ocupadas e usufruídas pelo próprio Rei, nomeadamente: o Paço Real de São Bartolomeu e o Paço Real da Alcáçova, o primeiro localizado nas imediações do castelo e o segundo edificado no seu interior, ambos na cidade Lisboa; o Paço Real da Alcáçova – o atual Paço das Escolas da Universidade de Coimbra – na principal cidade do Mondego; os *Paços Velhos* de Leiria; o Paço Real de Santarém; o Paço Real de Sintra; o Paço Real de Estremoz; e o Paço Real de Frielas, o edifício palaciano que motivou o presente estudo de investigação⁶⁰. Além destes, o Rei dispunha ainda de outros paços residenciais, uns na posse e outros construídos por iniciativa da Rainha D. Isabel de Aragão, como os paços de Alenquer, de Monte Real e de Regueira de Pontes, os últimos dois na região de Leiria⁶¹, e uns outros herdados da sua progenitora, a Rainha-Mãe D. Beatriz de Gusmão, como o Paço de Torres Vedras⁶².

Podemos assim confirmar uma especial concentração dos paços reais na região centro do Reino, ocupando uma área geográfica distribuída essencialmente entre o

⁶⁰ Durante as nossas pesquisas não encontramos referências documentais contundentes sobre a existência do alegado paço de D. Dinis em Odivelas – supostamente incorporado no complexo arquitetónico do Mosteiro de São Dinis e de São Bernardo, o panteão dionísio –, com exceção da carta régia de fundação da casa cisterciense, dada em 23 de Março de 1295, em “a nossa camara de morada que nos avemos em termho da nossa cidade de Lixbõa en logo que é chamado Odivellas”. Em nosso entender, o diploma confirma, de facto, a fundação do mosteiro na propriedade que o monarca detinha em Odivelas, algumas casas e terrenos anexos (alguns incorporados como “herdamentos d’Odivellas” em 23 de Setembro de 1293), mas que de forma alguma permite configurar a constituição de um paço. Além do mais, dada a grande proximidade do Paço Real de Frielas a Odivelas, numa distância aproximada de seis quilómetros, seria pouco provável, mas não impossível, de D. Dinis ter mandado construir um outro paço residencial. MARREIROS, Rosa, – *Chancelaria de D. Dinis*, Doc. 370, pp. 389-391; Doc. 252, p. 285. Borges de Figueiredo terá sido um dos primeiros autores a considerar inequívoca a existência da *casa do rei* no complexo monástico de Odivelas: “As casas, em que na ocasião de se instituir o mosteiro as religiosas habitavam, era uma das muitas vivendas que os reis de Portugal por aquele tempo possuíam nos arredores de Lisboa. Chamavam-lhe Paço ou Quinta de Odivellas [...] O paço que D. Dinis deu às freiras, e que constituía a primeira habitação d’ellas, enquanto o mosteiro propriamente dicto se edificava!”. Nos finais do século XIX abundavam os vestígios arquitetónicos do suposto palácio real dionísio. FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de – *O Mosteiro de Odivellas. Casos de Reis e Memórias de Freiras*. Lisboa: Livraria Ferreira. 1889, pp. 11-12, 58-59. Mas a memória da sua existência ecoa ainda na atualidade, como atesta o testemunho de Maria de Lourdes Cidraes: “Recordo também que a minha mãe, que também foi aluna do colégio, me contava que no seu tempo ainda se conservavam as paredes da “casa de D. Dinis”, no Claustro da Moura. E que um dia um enorme estrondo sobressaltou tudo e todos. Acabavam de ruir os restos do antigo paço. Felizmente ficaram fotografias, que se podem hoje observar no pequeno museu instalado na Sala do Capítulo, que abre para o Claustro Principal”. CIDRAES, Maria de Lourdes “Isabel de Aragão, Rainha Santa: da História ao Mito”. *Revista Laços*, n.º 1/04, Ano XVI (2004), p. 1. Já Francisco Pato de Macedo, apoiado na obra de Vieira da Silva, defende que “Se D. Dinis nunca construiu um palácio junto do mosteiro que escolheu para panteão, teve seguramente, em Odivelas, uma morada, absorvida posteriormente pelo mosteiro”. SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 96, MACEDO, Francisco Pato de – *Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, p. 857.

⁶¹ Após o falecimento de D. Dinis, a Rainha D. Isabel fixou residência no paço que mandara edificar nas imediações ao Mosteiro de Santa Clara e Santa Isabel da Hungria – o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra – e junto do Hospital de Santa Isabel da Hungria, legando-o depois à comunidade clarista mas com usufruto aos membros da Família Real. A demonstrar a capacidade administrativa da Rainha, uma verdadeira protetora dos indigentes e mecenas dos artistas, veja-se a fundação das inúmeras instituições caritativas fundadas em Alenquer, Azueira, Coimbra, Estremoz, Leiria, Óbidos, Santarém, Torres Novas e Torres Vedras. LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. Lisboa: Comunicação, 1992, Cap. LXXIX; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, p. 293; BARROCA, Mário Jorge – “Arquitectura Gótica Civil. Paços Reais”, p. 93; MACEDO, Francisco Pato de – *Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, pp. 860-861.

⁶² GOMES, António Saul – *Introdução à História do Castelo de Leiria*, pp. 138, 147, 184.

rio Mondego e o rio Tejo, e intencionalmente mais afastados da fronteira raiana de Castela, pelos constantes receios de investidas militares, e da faixa litoral atlântica, continuamente fustigada pelo corso islâmico. Das regiões mais populosas e com atividades comerciais em ascensão ganhou destaque a zona do Ribatejo, onde o Rei aumentou os domínios do seu património fundiário. Por razões óbvias, impostas pelo rumo governativo assumido ainda durante o reinado de D. Afonso III, as principais residências régias de D. Dinis iriam concentrar-se-iam em Lisboa e seu termo.

IV. A caracterização morfológica dos paços régios dionisinos

No panorama da arquitetura civil, os principais edifícios residenciais dos abastados senhores da grande nobreza, do alto clero e do próprio Rei ainda se encontravam maioritariamente concentrados intramuros, no interior de recintos militares e defensivos das cidades, vilas e burgos do Reino. Neste contexto se os castelos, com as suas hercúleas torres de menagem e sólidos panos de muralhas, podem ser entendidos como o símbolo máximo da autoridade política e da força militar da Coroa, os paços régios residenciais, em alguns dos casos edificadas no interior dos próprios recintos fortificados⁶³, ou em grande proximidade mas no exterior, devem ser considerados como o âmago do poder político e da gestão administrativa do Rei, transformando-se, simultaneamente, no principal palco de sociabilidade e convivialidade da Corte.

As inovadoras formas arquitetónicas e as transformadoras fórmulas estéticas que começaram a proliferar por toda a Europa a partir dos finais do século XIII, coevas do início do reinado de D. Dinis, acompanharam assim os novos avanços tecnológicos e os progressos materiais que vieram a permitir, num processo de gradual evolução, a construção de edifícios residenciais mais cómodos, funcionais e salubres.

A concepção morfológica e a organização tipológica dos complexos residenciais palatinos promovidos sob a encomenda direta do Rei – das grandes salas públicas de recebimento às pequenas câmaras privadas de recolhimento, por vezes multifuncionais e distribuídas por um, dois ou mais pisos, portanto em construções sobradadas⁶⁴, destinadas ao alojamento do Rei, da Família Real, e, nalguns casos, dos fidalgos e oficiais que o acompanhavam⁶⁵ –, devem ser analisados

⁶³ Os mais antigos castelos e fortalezas ocupados pelos primeiros Reis de Portugal tinham, maioritariamente, uma origem construtiva islâmica, as *qasabah*. SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 25.

⁶⁴ PIMENTEL, António Filipe – *A Morada da Sabedoria*, pp. 256-58.

⁶⁵ Sobre a concepção espacial e a constituição material dos palácios medievais vide a obra de SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*; e os nossos estudos dedicados ao primitivo Paço Episcopal de Coimbra, *Por detrás de um Museu. O Paço Episcopal de Coimbra: história e memória*; PACHECO, Milton Pedro Dias – “*noos paaços que fforom de dom gil bispo*. A residência episcopal de Coimbra nos inícios do século XV”.

em termos quantitativos e qualitativos, tendo em conta o número exponencial de dependências, com uma crescente especialização de funções, e a qualidade das construções arquitetónicas existentes, com recurso a elementos materiais cada vez mais elaborados e confortáveis.

Como direto encomendador e principal usufruidor do conjunto de residências palacianas portuguesas, erguidas quer nos perímetros urbanos, quer nas zonas rurais, D. Dinis terá procurado o enriquecimento dos seus paços de acordo com os pressupostos teóricos e as soluções arquitectónicas vigentes, coetâneos do “gótico internacionalista e pação do século XV”⁶⁶. Por essa mesma razão concentrou esforços e aplicou avultadas somas de prata na construção e reconstrução das residências régias para seu usufruto.

O surto construtivo assumido por D. Dinis no numeroso conjunto de residências régias durante o seu reinado, manifestamente extensível à edificação de muitas fortalezas e castelos, igrejas e capelas, mosteiros e conventos, hospícios e hospitais, pontes e fontes, pode ser entendido como um dever assumido pelo Rei perante o Reino. Contudo, dado o contexto histórico epocal, poder-se-á tratar de uma paixão pessoal de D. Dinis, provavelmente herdada por seu pai, o Rei D. Afonso III⁶⁷, seguramente partilhada com a sua esposa, a Rainha D. Isabel de Aragão, e justificadamente transmitida ao seu filho, D. Afonso IV⁶⁸.

Em conformidade com o progresso técnico e o gosto estético coevos, os edifícios dos mais abastados senhores dispunham de materiais mais dispendiosos elaborados para obter maior conforto e por isso menos acessíveis à maioria da população. Para os estaleiros paços convergiam os carregamentos de pedra para as fundações, de alvenaria para as paredes, de tijolo para as chaminés, de telhas cerâmicas para a cobertura dos telhados, de ladrilhos para os pavimentos, de barrotes de madeira para o travejamento e armação das coberturas e suporte das paredes, de pranchas de madeira para os soalhos, escadarias, coberturas e gelosias, de peças de ferro para a pregaria e fechaduras, e mais raramente de vidraças para as janelas. Mas ainda que se tratasse, eventualmente, de uma construção encomendada e destinada a servir os reis não significaria que fosse dotada de grande requinte e opulência materiais, como nos adverte Mário Jorge Barroca⁶⁹.

In *Actas do III Congresso Internacional. Casa Nobre: Um Património para o Futuro*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 864-880; PACHECO, Milton Pedro Dias – “O Paço dos Estaús. A génese fundacional de Quatrocentos”, pp. 313-351.

⁶⁶ DIAS, Pedro – *História da Arte em Portugal. O Gótico*, p. 27.

⁶⁷ SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 88.

⁶⁸ Conforme assevera Mário Barroca, a primeira metade do século XIV “ficou marcado por uma intensa actividade de construção de Paços Régios” promovidos por todos estes reis. BARROCA, Mário Jorge – “Arquitectura Gótica Civil. Paços Reais”, p. 92.

⁶⁹ BARROCA, Mário Jorge – “Arquitectura Gótica Civil”, pp. 88-92; CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Construir, habitar: A Casa Medieval*, pp. 79, 86-88, 108-118, 123-138, 166-177; SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 102.

Apesar das sucessivas ampliações e renovações de que foi alvo, o Palácio Real de Sintra, edifício intervencionado por D. Dinis em 1281⁷⁰, configura ainda hoje o melhor exemplo da arquitetura palaciana medieval no que diz respeito à composição, organização e materialização dos espaços arquitetónicos interiores e exteriores para o período histórico em análise. Muito embora os mais antigos desenhos dedicados ao Paço Real de Sintra – o Palácio Nacional de Sintra comumente designado de Palácio da Vila – tenham sido executados por Duarte d’Armas entre 1509 e 1510⁷¹, portanto num período bastante posterior ao reinado de D. Dinis, permitem-nos, ainda assim, avaliar, com sérias reservas naturalmente, os arquétipos arquitetónicos adoptados e os modelos materiais utilizados nas coberturas e chaminés, nos pórticos e vãos de portas e janelas, nos pátios e muros envolventes (Fig. 2).

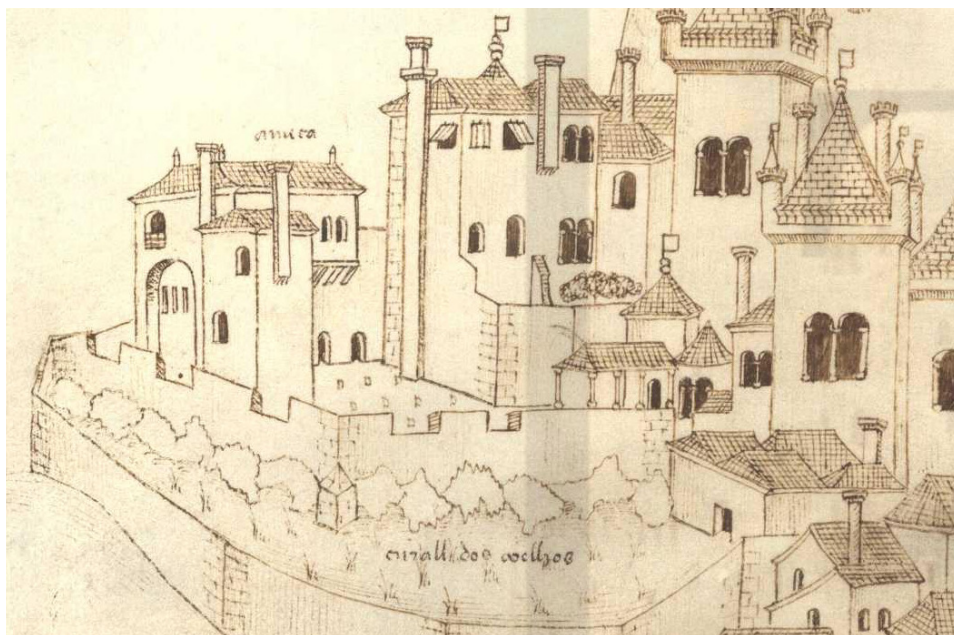


Fig. 2 – Detalhe do corpo central do Paço Real de Sintra nos princípios do século XVI. Duarte d’Armas | Desenho | 1509-1510. Proveniência: ANTT, Duarte d’ARMAS – *Livro das Fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela*, 1509-1510, fols. 118r-119v (Casa-Forte – Ms. 159).

⁷⁰ De acordo com Vieira da Silva a tradição confirma que D. Dinis foi o “primeiro rei a intervir significativamente na transformação do paço de Sintra, circunstância que se coaduna com a acção mais alargada desse monarca na renovação ou na construção de raiz de outros paços régios”. No entanto, as campanhas promovidas por D. João I e D. Manuel I ditariam a obliteração do paço dionisino. SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 204; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, p. 316; BARROCA, Mário Jorge – “Arquitectura Gótica Civil. Paços Reais”, p. 97.

⁷¹ ARMAS, Duarte d’ – *Livro das Fortalezas* (Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/ Inapa, 1997; BARROCA, Mário Jorge – “Arquitectura Gótica Civil”, p. 87.

Mas é nas dependências do primitivo Paço da Alcáçova de Estremoz, edificado dentro do castelo da mesma cidade – e onde viria a falecer a D. Isabel de Aragão em 1336 –, que vamos encontrar ainda algumas das estruturas arquitetónicas coevas da campanha construtiva promovida por D. Dinis em 1320, mas só terminada no reinado de D. Afonso IV. A existência dos arranques de quatro arcos torais, junto da torre de menagem, permitem configurar o que seria o grande salão do paço destruído em 1668⁷².

Os grandes complexos paços edificados neste período dispunham de múltiplas dependências com funções diferenciadas entre si, umas exclusivamente do uso do Rei e da Família Real, e às quais acediam os oficiais mais próximos, outras destinadas a acolher os múltiplos serviços destinados a servir aqueles nas mais variadas utilidades. Muito embora rareiem os exemplos materiais, pela completa destruição e profunda descaracterização que muitos dos edifícios vieram a sofrer, sobretudo a partir do século XVI, restam ainda alguns preciosos documentos que permitem fazer alguns exercícios de modo a compreender parte da organização e disposição internas das dependências⁷³.

Destinada às principais receções públicas, a *grande sala* era uma dependência de amplas dimensões e com funções polivalentes face às restantes⁷⁴, requeridas para os governantes reunirem com os homens do seu Conselho, convocarem os membros da alta nobreza e da alta clerezia, receberem os emissários concelhios e os embaixadores diplomáticos estrangeiros, segundo as precedências protocolares impostas na Corte, numa crescente ritualização que viria a atingir o seu expoente máximo na Época Moderna. Esta *grande sala* era, nas palavras de António Filipe Pimentel, “o palco da apresentação pública do poder” do Rei⁷⁵.

Os aposentos mais íntimos, materializados nas múltiplas câmaras, trancâmaras e antecâmaras, dispostos num crescente registo de privacidade do exterior para o interior e dotados do mobiliário necessário, na maioria dos casos com múltiplas

⁷² Mestre Antão parece ter sido o responsável pela obra conforme sugere uma inscrição no local. BARROCA, Mário Jorge – “Arquitetura Gótica Civil. Paços Reais”, pp. 93-94.

⁷³ Referimo-nos ao elementar texto medieval o *Leal Conselheiro* da autoria de D. Duarte no qual é descrita, com particular minúcia, a organização dos edifícios palatinos no primeiro terço do século XV. Este mesmo texto régio foi utilizado por diversos historiadores nos seus estudos dedicados à arquitetura palaciana portuguesa medieval, entre os quais destacamos os trabalhos referentes ao Paço Real de Sintra por SILVA, José Custódio Vieira – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 2002; ao Paço Real de Coimbra por PIMENTEL, António Filipe – *A morada da Sabedoria*; e ao Paço Episcopal de Coimbra (o atual Museu Nacional de Machado de Castro) por PACHECO, Milton Pedro Dias – “noos paaços que fforom de dom gil bispo. A residência episcopal de Coimbra nos inícios do século XV”, pp. 864-880.

⁷⁴ Estas dependências das residências palacianas adquiriam uma grande versatilidade, organizando-se para os mais diferentes usos e necessidades conforme esclareceu RODRIGUES, Ana Maria S. A. – “A mesa, o leito, a arca, a mula. Como se provia ao sustento e itinerância das rainhas de Portugal na Idade Média”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; BUESCU, Ana Isabel; FELISMINO, David – *A mesa dos reis de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores/ Temas e Debates, 2011, p. 60.

⁷⁵ PIMENTEL, António Filipe – *A Morada da Sabedoria*, p. 259.

funções utilitárias, ficavam assim reservados às necessidades vivenciais dos seus residentes, para o descanso, a comensalidade e a higiene do quotidiano.

Saciadas as exigências corporais procedia-se então aos cuidados espirituais no espaço régio sagrado. O quotidiano da sociedade medieval, fortemente marcado e profundamente ritualizado em torno da religião cristã, compeliu também os membros da Família Real a optar por uma conduta de vida direcionada para os valores mais piedosos da Fé, cuja principal ação se desenvolvia num “recinto prestigiado pela guarda de um tesouro de valor a um tempo material e espiritual e onde se encenava o mistério da *religio regis*”⁷⁶, onde o monarca podia assistir presencialmente à celebração da Missa e a recitação dos Ofícios Divinos, em público, quando procurava assento na nave central, ou em privado, quando se encontrava na tribuna superior⁷⁷.

E foi precisamente no seu reinado que parece ter havido uma mudança substancial na conceção do espaço sagrado nos paços régios, com a incorporação e a edificação de capelas agregadas aos complexos palacianos, sobretudo, quando envolveram campanhas construtivas de grande envergadura, quer em obras de raiz, quer em obras de renovação e/ou ampliação, como parece ter acontecido com a Capela do Paço Real de Sintra⁷⁸ e a já desaparecida Capela de São Simão dos Paços Velhos de Leiria⁷⁹.

Influenciado pela religiosidade da época e certamente dominado pela intensa espiritualidade de D. Isabel de Aragão, D. Dinis concretizou um vigoroso empreendimento de construção de capelas acompanhado da institucionalização de capelanias nas muitas residências da Coroa. Assevera-nos o padre João Bautista de

⁷⁶ PIMENTEL, António Filipe – *A Morada da Sabedoria*, p. 255.

⁷⁷ Segundo o que as fontes indiciam, a existência de galerias, regra geral edificadas num plano superior a atravessarem as artérias públicas, permitia estabelecer contacto direto e conferir maior comodidade à circulação da pessoa do Rei, da Família Real e dos membros da Corte, entre as áreas residenciais e as tribunas das igrejas. O programa de capela palatina independente interligada aos edifícios palacianos continuaria a ser utilizado nas centúrias seguintes em construções similares. Refiram-se, a título de exemplo, a antiga tribuna régia existente na igreja do Convento de São Francisco de Évora, com ligação ao já desaparecido Paço Real, e, sobretudo, a antiga galeria construída entre o Paço de São Bartolomeu e a igreja fronteira homónima, mencionada num documento de 1168. Aparentemente, a Igreja de São Bartolomeu passou a funcionar num duplo regime, como capela real e igreja paroquial, ainda que António Carvalho da Costa tenha mencionado que a dita igreja “no tempo del-Rey D. Dinis ja era sua [...] quando vivia no palacio fronteiro da igreja para a qual tinha passadiço e tribuna”. Nos princípios do século XVIII, frei Agostinho de Santa Maria asseverou que ainda eram visíveis alguns elementos materiais do “passadiço para a Igreja de São Bartholomeu com tribuna, aonde os Reis hiaõ a ouvir Missa, como ainda ao presente se está vendo de alguns vestígios, que se reconhecem na parede da Torre dos sinos”. COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portuguesa*, vol. III, pp. 350-351; SANTA MARIA, frei Agostinho de – *Santuário Mariano e Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora*. Tomo VII. Lisboa: Oficina de Antonio Pedrozo Galvão, 1721, pp. 136-139; CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Tomo III. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, p. 234; ANDRADE, Manuel Ferreira de – *Palácios Reais de Lisboa*, p. 97.

⁷⁸ SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, pp. 206-207.

⁷⁹ COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portuguesa*, vol. III, p. 93; BARROCA, Mário Jorge – “Arquitectura Gótica Civil. Paços Reais”, p. 92.

Castro, que foi D. Dinis, por intercessão da sua piedosa esposa, D. Isabel de Aragão – a Rainha que a Igreja elevaria aos altares como Santa em 1625 –, quem “introduziu no Paço rezarem-se as Horas Canonicas, e ter para isso Capella permanente”, estabelecendo o seu sucessor, D. Afonso IV, uma “renda fixa para os Capellães cantarem”. Querendo D. Dinis “nesta matéria levar ventagem a seus antecessores, foy o primeiro que com a Rainha Santa Isabel sua esposa instituiu dentro do seu Palacio, que era no Castello de Lisboa, Capella Real com a invocação de São Miguel⁸⁰”, com Missa perpétua e horas canónicas, “segundo o estylo Romano”. Três anos depois sabemos da existência de dois capelães auxiliados pelos “Mousinhos, isto he, Acolytos, não só sa sobredita Capella Real de Lisboa, mas também na de Torres Vedras”, instituída por D. Beatriz⁸¹. Como exemplarmente testemunhou em vida D. Isabel de Aragão, D. Dinis manifestou particular interesse na (re)edificação e instituição de diversas capelas palatinas⁸², privilégio que durante a primeira dinastia parece ter sido reservado somente às residências reais e às moradas episcopais⁸³.

Neste contexto de forte espiritualidade, tornava-se ainda indispensável nos complexos palatinos portugueses a existência de dependências reservadas para os múltiplos exercícios devocionais, espaços mais intimistas e de maior reclusão, indutores à oração individual e à leitura edificante de “bons livros, e pensar em virtuosos cuidados”, identificados por D. Duarte, cerca de cem anos mais tarde, como as *casynhas de rezar*⁸⁴. O compartimento do oratório, disposto em dependência própria ou em uma adaptada, estaria localizado junto dos aposentos

⁸⁰ As capelas instituídas nas alcáçovas portuguesas dedicadas a São Miguel remontam, na maioria, ao reinado de D. Afonso Henriques. PIMENTEL, António Filipe – *A Morada da Sabedoria*, pp. 237-238.

⁸¹ CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Tomo I. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762, pp. 164-165, 305-307; SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 31.

⁸² SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 32; BARROCA, Mário – *Epigrafia Medieval Portuguesa*, pp. 1342-1348.

⁸³ O diploma régio exarado em 10 de Janeiro de 1299 fornece importantes dados sobre o funcionamento institucional das capelas palatinas na época dionisina. Assim, “como deuia a seer en Capela de Reis a serviço de deus e a prol de nossas almas”, ficava determinada a nomeação de um capelão perpétuo “que seruha hy pessoalmente. e faça hy cõtinaadamente rezidença”, para que cante “en ela cada dia missa pola alma mjnha e da Raynha e de todollos Reys”. Assistido por um “moozinho” – um acólito –, e alguns “sergentes” – os fâmulos, serviços eclesiásticos, os criados “da gente religiosa” –, o capelão tinha a obrigação de celebrar nos “dias dos Domjngos” a “missa da Domjnga e aa següda feira dos mortos e aa terça da tryndade e quarta feira dos Angeoos e aa quinta feira de sancti spiritus e aa sexta feira da cruz e ao Sabado de sancta Maria”, e nas principais festas do Calendário Litúrgico. CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Tomo I, pp. 164-165, 305-307; tomo III, pp. 164-165; *Documentos Medievais Portugueses – Régios*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1945, vol. I, “Tábua XLII”; COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portuguesa*, vol. III, pp. 352, 389; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, p. 272; ANDRADE, Manuel Ferreira de – *Palácios Reais de Lisboa (os Dois Paços de Xabregas, o de S. Bartolomeu e o da Alcáçova)*. (Apresentação e índices de ABEL, Marília & CONSIGLIERI, Carlos). Lisboa: Vega, 1990, p. 112; PACHECO, Milton Pedro Dias – *Por detrás de um Museu. O Paço Episcopal de Coimbra: história e memória*, p. 38, 52; VITERBO, frei Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das Palavras, termos e frase que em Portugal antigamente se usaram*. Vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora, 1964, p. 558.

⁸⁴ Estranhamente – para nós, claro – nesta mesma dependência estava por vezes localizado o “miJatorio”. SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 30.

mais privativos, e, certamente, dotado com o seu altar portátil, pela imaginária devocional e relicários de santos.

A uma distância de relativa segurança e asseio higiénico das áreas vivenciais estariam as cozinhas⁸⁵, dotadas de suas copas – “*Copa Dominj Dionisij*” – e com acesso direto à casa da escançaria – “*scancaria Domini Dionisij*” –, onde era armazenado o vinho e a água, e restantes casas de armazenamento dos viveres consumidos nos paços. Nas suas imediações encontrar-se-ia, pelas funções inerentes, a casa do reposte, dependência a cargo do *repositarius* e destinada ao arrumo do mobiliário, mesas, estrados e dosséis, e a casa da vestiaria, localizada contigualmente ou mesmo até integrada no interior daquela câmara, para arrecadação das tapeçarias e panos provenientes de Arrás e de Bruges, requeridos para a ornamentação das principais salas de convivialidade dos paços aquando da realização de saraus de música, dança e poesia, ou receções diplomáticas, e, sobretudo, para a maior comodidade dos residentes e ocupantes de acordo com as exigências impostas em cada estação do ano⁸⁶.

Curiosamente uma das poucas dependências mencionadas nos textos das crónicas dedicados a D. Dinis é a “torre de seu tesouro”⁸⁷, referência documental que nos remete de imediato para o Paço da Alcáçova de Lisboa, onde foi instalada, posteriormente, a Torre do Tombo. Nesta estrutura defensiva, entretanto transformada nominalmente em *caixa-forte*, estariam depositadas a “bayxela d’ouro e de prata assj copas come uasos e pichees e scudellas e talhadores e bacios como toda outra bayxela que a mjm for achada ao tempo de mha morte”, e as “joias, collares, pedraria, pannos de ouro & seda” de D. Dinis e da Família Real⁸⁸.

O espaço edificado exterior dos paços residenciais ficou ainda marcado pela presença de átrios e pátios, como áreas privilegiadas de circulação, e pelos virgeus, os hortos ajardinados com suas árvores de fruto e plantas aromáticas requeridas para o uso alimentar e prática medicinal⁸⁹. Nas imediações dos primeiros e dos segundos

⁸⁵ Na principal cidade do Mondego, o elemento toponímico de “Rua das Cozinhas” permitiu a localização das dependências homónimas edificadas fora do complexo do primitivo Paço Real de Coimbra, sobretudo para evitar a fácil proliferação de incêndios dada a combustibilidade dos materiais construtivos. PIMENTEL, António Filipe – *A Morada da Sabedoria*, p. 258; CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Construir, habitar: A Casa Medieval*, pp. 39, 88-89, nt.94.

⁸⁶ GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis Portugueses*, pp. 255-257; FREIRE, Anselmo Braamcamp – “Inventários e contas da Casa de D. Dinis”. *Archivo Historico Portuguez*, vol X (1916), pp. 41-56.

⁸⁷ LEÃO, Duarte Nunes de – “Chronica del Rei Dom Dinis”, p. 236.

⁸⁸ Parte destes tesouros teriam sido oferecidos ao santuário jacobeu de Santiago de Compostela por D. Isabel de Aragão durante a peregrinação encetada em 1325, após o falecimento do Rei. PINA, Ruy de – *Chronica d’el-Rei D. Dinis*, vol. II, p. 157; LEÃO, Duarte Nunes de – “Chronica del Rei Dom Dinis”, p. 236; FRESCO, João; MATOS, Sofia Correia de – “D. Dinis e Odivelas”. *D. Dinis. Actas dos Encontros sobre D. Dinis em Odivelas*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Odivelas, 2011, doc. 5, p. 117. Sobre as oferendas levadas e trazidas por D. Isabel do santuário jacobeu de Santiago de Compostela vide o nosso recente estudo PACHECO, Milton Pedro Dias – “From Jacobean attributo to Isabeline relic: Holy Queen Isabel’s pilgrim’s staff”. *Hispania Sacra*, vol. LXXII, n.º 147 (2021), pp. 125-141.

⁸⁹ GOMES, Saul António – *Introdução à História do Castelo de Leiria*, p. 140; PACHECO, Milton Pedro Dias – “*“nos paaços que fforom de dom gil bispo”*. A residência episcopal de Coimbra nos inícios do século XV”.

distribuíam-se os celeiros, as cavaliças, os depósitos e as outras estruturas oficiais fundamentais para o bom funcionamento de todo o edifício pação, urbano ou rural.

No sentido de dinamizar o aparelho áulico operante, assente no *Regimento da Casa Real* de 1258, movimentava-se por todas estas dependências um batalhão de ovençais e outros responsáveis pelo governo da Casa do Rei e da própria Fazenda Real⁹⁰. Com o aumento substancial do número de oficiais e serviçais presentes na morada do Rei era imperativo aumentar, a partir das já existentes, as casas utilitárias anexas nos conjuntos edificados das habitações palatinas.

V. O Paço Real de Frielas

Localizado apenas a cerca de treze quilómetros de Lisboa e a seis de Odivelas, o burgo de *Freelas* – no atual concelho de Loures⁹¹ – ficou conhecido pela existência de uma vasta propriedade pertencente a D. Dinis, constituída por vastos e abastados bens latifundiários e marcada pela presença do Paço Real de Frielas, uma das residências de vilegiatura mais frequentadas pelo Rei e pela Família Real nos períodos do Verão e do Outono, conforme atestam os diplomas lavrados pela chancelaria régia ao longo dos meses de Junho e Julho, Setembro e Outubro.

Segundo a opinião de Vieira da Silva, o Paço Real de Frielas integrava a rede de residências régias de D. Dinis nas zonas rurais destinadas ao “veraneio, ao recebimento de impostos e, sobretudo, ao aprovisionamento de carne, efectuado através das caçadas que eram, cumulativamente, desporto favorito da nobreza” e da realeza⁹². Ao beneficiar de duas privilegiadas vias de comunicação, a antiga estrada romana que seguia em direção a Coimbra, passando por Sacavém e Santarém, e o rio Tejo com ligação ao rio Trancão, possivelmente dotado de um cais de modo

In *Actas do III Congresso Internacional. Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Volume V. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 65-66, nts.204-205.

⁹⁰ Aos reposteiros-mores, camareiros, copeiros, uchões, escanções, saquiteiros, manteeiros, cevadeiros, estribeiros e escudeiros juntar-se-ia um novo corpo de oficiais pações especializados, introduzidos por D. Dinis, uns contribuindo para o melhor alojamento, alimentação e saúde do Rei, como os porteiros-mores, os camareiros, os moços de câmara, os arinteiros e os físicos, outros zelando pelo serviço religioso, como os confessores e os capelães, outros mais pela administração, como os escrivães e os tabeliães, e, outros ainda incumbidos de providenciar os animais para as caçadas, como os falcoeiros. MACHADO, J. T. Montalvão – “Paço Real de Frielas”. *Olisipo*, Ano XXVIII, n.º 112 (1965), p. 188; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, pp. 208, 317-318; VENTURA, Leontina – *A nobreza de Corte de Afonso III*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, Vol. I, pp. 47-53, 70-72, 81-91. Dissertação de Doutoramento em História; MATTOSO, José – *Identificação de um país*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, pp. 87-88; GOMES, Rita Costa – “Os convivas do rei e a estruturação da corte (séculos XIII a XVI)”. In BUESCU, Ana Isabel; FELISMINO, David – *A mesa dos reis de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores/ Temas e Debates, 2011, p. 35.

⁹¹ A divisão administrativa do local de implantação do desaparecido Paço Real de Frielas pertence à União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, Concelho de Loures, Distrito de Lisboa.

⁹² SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 83.

a permitir uma mais eficaz acessibilidade⁹³ e quem sabe se ainda navegável até à Ribeira da Póvoa, mesmo em Frielas, o Rei D. Dinis poderia facilmente deslocar-se à residência que lhe permitia a acomodação adequada durante os momentos de descanso e de recolha dos impostos procedentes das suas propriedades, pagos nos mais variados bens produzidos nas terras de cultivo (vinho, azeite, cereais), capturados nos cursos fluviais (peixe, moluscos e sal) ou caçados nas abundantes florestas circundantes (caça miúda e caça grossa).

Concluídas as funções governativas do Reino, finalizadas as ocupações da própria casa e cumpridas as obrigações religiosas do quotidiano, o Rei poderia dedicar-se aos mais variados entretenimentos nos bosques limítrofes e campos circundantes – muito provavelmente na área que hoje forma a Mata de Loures⁹⁴ –, entregando-se à então considerada nobre arte da volataria⁹⁵, às montarias e às caçadas. Nestes momentos de ócio, usufruindo de maior privacidade, é bastante provável que o Rei-Poeta buscasse as fontes de inspiração para as suas célebres composições poéticas na leitura de obras edificantes disponíveis e nas paisagens campestres envolventes.

Conforme sugerem as esparsas e as lacunares fontes documentais coevas, as origens fundacionais do Paço Real de Frielas parecem estar intimamente associadas a D. Dinis, aparentemente o único (ou o mais dedicado?) responsável monarca a intervir materialmente na residência real de vilegiatura procurada pelos últimos monarcas da primeira dinastia nesta região limítrofe de Lisboa⁹⁶.

⁹³ SILVA, Ana Raquel – “A Presença Romana em Frielas”. In *Da Vida e da Morte. Os Romanos em Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1999, p. 43; BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”. In *O Medieval e o Moderno em Loures*. Loures: Museu Municipal de Loures/Câmara Municipal de Loures, 1999, pp. 21, 24-25. O percurso viário de origem romana foi estudado por MANTAS, Vasco – “A estrada romana de *Olisipo a Scallabis*. Traçado e vestígios”. In PIMENTA, João (Coord.) – *Cira-Arqueologia. Atas da mesa redonda: De Olisipo a Ierabriga*, Vila Franca de Xira: Câmara Municipal Vila Franca de Xira, 2012, pp. 7-23; por GUERRA, Amílcar – “O troço inicial da via *Olisipo-Bracara* e o problema da localização de *Ierabriga*”. In PIMENTA, João (Coord.) – *Cira-Arqueologia. Atas da mesa redonda: De Olisipo a Ierabriga*, Vila Franca de Xira: Câmara Municipal Vila Franca de Xira, pp. 24-40; e por SILVA, Ana Raquel – “*Villa romana de Frielas*”. in PIMENTA, João (Coord.) – *Cira-Arqueologia. Atas da mesa redonda: De Olisipo a Ierabriga*, Vila Franca de Xira: Câmara Municipal Vila Franca de Xira, 2012, pp. 88-102.

⁹⁴ A densa mata de Loures seria coutada em 1394 por D. João I à comunidade religiosa de Odivelas. BARBOSA, Pedro Gomes, VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, pp. 23-24.

⁹⁵ De acordo com o testemunho de João Bautista de Castro, o “exercício da caça assim de volateria, como de montaria foy sempre a mais ordinária recreação dos Reys Portuguezes, para a qual mantinhaõ com grande pompa Officiaes”, tendo sido D. Dinis um dos seus maiores apaixonados, conforme atestam o *Livro da Falcoaria* e o *Livro de Alveitaria*. CASTRO, João Bautista de – “Dos officiaes destinados para a caça, e montaria e das principaes coutadas do Reino”. In *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Tomo I, p. 437.

⁹⁶ Houve manifestamente um apreço muito peculiar deste território por parte do Rei, comprovado não apenas pela existência do paço real, como também pela fundação régia do Mosteiro de São Dinis e de São Bernardo, a casa monástica por si fundada e escolhida para a sua morada eterna. Aliás, não seria apenas um território apreciado pela realza como também pela alta clerezia, pois é precisamente neste contexto de residências de vilegiatura que nesta região, em Santo Antão do Tojal, Loures, os prelados da Mitra Episcopal de Lisboa mandaram construir um paço de veraneio entre os séculos XII-XIII, profundamente obliterado pelas construções promovidas no século XVIII.

O mais antigo documento conhecido referente à propriedade de D. Dinis em Frielas tem a data de 1279 e marca precisamente o dia do início do seu reinado. Trata-se de um contrato de aforamento de uns moinhos e umas azenhas celebrado, em 16 de Fevereiro de 1279, entre D. Dinis e Domingos de Gaya⁹⁷. Mais tarde, em 22 de Janeiro de 1298, um novo contrato realizado entre o Rei e Domingos de Gaya, mercador e morador de Lisboa, e Maria Eanes, sua esposa⁹⁸, permite saber que pretendiam mandar “fazer humas acenhas no regueengo del rey de Freelas hu [onde] se iunta a agua que uem de Loires e d’Odiuelas quantas hi podermos fazer e ende aquel tapamento en travesso en dereito humas das outras”⁹⁹. E uma das cláusulas do contrato estipulava que “uos senhor non deuedes hy a fazer nen leixar fazer outras acenhas per que as nossas leixem de moer”¹⁰⁰, exigência que permite saber da existência próxima de outras propriedades pertencentes a D. Dinis.

Muito provavelmente terá sido com base nestes documentos e num outro datado de 20 de Agosto de 1258, referente a um aforamento celebrado entre D. Afonso III e Estevão Fernandes¹⁰¹, que Montalvão Machado, o primeiro autor a estudar o Paço Real de Frielas, levantou a hipótese – infundada logo pelo próprio no seu artigo –, de a fundação do edifício real pertencer a D. Afonso III, pois o “certo é que a História só nos dá notícias concretas e repetidas a partir do Rei-Lavrador”¹⁰².

Inequivocamente, D. Dinis dispunha de várias propriedades em Frielas, pois em 20 de Fevereiro de 1295, a chancelaria régia despachava o diploma de doação à infanta D. Constança, sua filha, dos reguengos de Frielas, Sacavém, Unhos e Camarate, com os respectivos padroados das igrejas locais¹⁰³. Contudo, as cláusulas assinadas permitiam assegurar o retorno dos bens doados à pessoa do Rei, destacando-se, entre as demais, a possibilidade de infanta contrair matrimónio, o

⁹⁷ ANTT, *Chancelaria Régia. D. Dinis, Doações, ofícios e mercês*, Lv. 4, fol. 1v: 1279, 16 de Fevereiro – “Carta de aforamento de moinhos e azenhas em Frielas concedida por D. Dinis a Domingos de Gaya”.

⁹⁸ Com base nos estudos de Fialho Silva verificamos que este mercador gozava de particular apreço junto de D. Dinis, com quem celebrara vários contratos não só em Frielas, como também em Lisboa. SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval*, pp. 343-344.

⁹⁹ ANTT, *Chancelaria Régia. D. Dinis, Doações, ofícios e mercês*, Lv. 3, fol. 1v – 1298, 22 de Janeiro, Lisboa – “Carta de aforamento de moinhos e azenhas em Frielas concedida por D. Dinis a Domingos de Gaya e Maria Eanes”, apud BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, pp. 30-31.

¹⁰⁰ BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, pp. 30-31.

¹⁰¹ BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, pp. 24, 30.

¹⁰² MACHADO, J.T. Montalvão – “Paço Real de Frielas”, p. 187. Julgamos que foi com base na posição assumida por Montalvão Machado que levou Vieira da Silva a colocar esta mesma hipótese. SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 83.

¹⁰³ O padroado da Colegiada de São Julião de Frielas foi doado por D. Dinis ao Mosteiro de Odivelas, em 5 de Outubro de 1318, data em que os reis estanciavam precisamente em Frielas. ANTT, Mosteiro de São Dinis de Odivelas, *Tomo dos Títulos das Doações das igrejas de Santarém, Alenquer, Frielas e Lumiar, e Títulos dos seus padroados*, 1305-1718; PATRÍCIO, Agostinho Amado – *Estudo da Chancelaria de D. Dinis. Alguns aspectos da sua época. Livro II, Folhas 57v-109*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1972, p. LVIII. Dissertação de licenciatura em História; BRANDÃO, frei Francisco – *Sexta parte da Monarchia Lusitana*, Liv. XVIII, Cap. LXV, p. 272.

que acabaria por acontecer em 1302, data do enlace de D. Constança com Fernando IV de Castela¹⁰⁴.

Entretanto, somente nos inícios do século XIV vai surgir a primeira alusão documental referente ao Paço Real de Frielas, quando, em 2 de Novembro de 1305, o oficial carpinteiro de Santarém, o judeu Abraão, no contrato celebrado com a fundadora do Mosteiro de Almoester, D. Berengária Aires, se comprometeu em realizar uma campanha de obras no “sseo paaço” concebida segundo os planos executados para a residência régia dionisina:

“eu de suso dito Abraã deuo assobrar e amadeirar en cima o sseo paaço de Dona Beregueira dAlmoester assi como e madeirado e ffeyto en seruiço de carpentaria o paaço de nosso Senhor elrey de Freelas”¹⁰⁵.

Com base neste documento podemos assim asseverar a existência física de uma construção habitacional correspondente ao reinado de D. Dinis logo para os primeiros cinco anos do século XIV. Considerando os requisitos exigidos por D. Berengária é, admissível, como notou Sousa Viterbo, que o carpinteiro Abraão tivesse dirigido ou integrado o estaleiro de obras de carpintaria no Paço Real de Frielas¹⁰⁶, numa eventual campanha que teria ocorrido, obrigatoriamente, até ao ano de 1305¹⁰⁷.

Porventura será que só após a devolução do reguengo de Frielas ao património do Rei, D. Dinis decidira ampliar a sua propriedade e nela mandar erguer o edifício residencial? Teria esta campanha ocorrido entre 1302, data do regresso do reguengo à posse do Rei, e 1305, ano do contrato celebrado por D. Berengária? Estas são algumas dúvidas que os próximos documentos a analisar ajudam a desvendar oportunamente.

O cotejo dos documentos referentes às aquisições feitas por D. Dinis de várias parcelas de terrenos agrícolas, constituídos por terras de cultivo e árvores de fruto,

¹⁰⁴ PATRÍCIO, Agostinho Amado – *Estudo da Chancelaria de D. Dinis*, pp. LIV, LXXXIII, 240-243; MARREIROS, Rosa – *Chancelaria de D. Dinis. Livro II*, Doc. 369, pp. 387-389.

¹⁰⁵ Sublinhado nosso. ANTT, *Pergaminhos do Mosteiro de Almoester*, vol. II, fol. 41v [registo antigo], *apud*, VITERBO, Francisco Sousa – “Abraão”. In *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, vol. I, pp. 479-480.

¹⁰⁶ VITERBO, Francisco Sousa – “Abraão”, pp. 479-480; SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 96; José Augusto de Sotto Mayor PIZARRO, *D. Dinis*, p. 316.

¹⁰⁷ Como atrás salientámos, defendemos a possível contratação dos mais reputados artistas, mestres oficiais e artífices envolvidos nas principais obras da Coroa e da alta nobreza, sobretudo, quando parecem existir relações de sociabilidade próximas entre alguns dos intervenientes. Ora, não só parece que o carpinteiro Abraão conhecia perfeitamente os trabalhos executados na residência régia, conhecimento esse que só poderia ser adquirido durante os trabalhos de construção, como D. Berengária parecia pertencer ao círculo íntimo de D. Isabel de Aragão, uma vez que granjeou o apoio monetário da Rainha para concluir as obras do claustro e da enfermaria do Mosteiro de Almoester, em Santarém. Porventura teria sido D. Berengária recebida no Paço Real de Frielas e contactado diretamente com os trabalhos aí executados? ANTT, *Pergaminhos do Mosteiro de Almoester*, vol. II, fol. 41v [registo antigo], *apud*, VITERBO, Francisco Sousa – “Abraão”, pp. 479-480.

e de lotes de casario, composto por edifícios de habitação (?), armazenamento e transformação de produtos agrícolas, com o mapa dos itinerários régios dionisinos, anteriormente mencionados¹⁰⁸, permite saber que o Rei estivera em Frielas para ajustar pessoalmente vários processos de compra. Esta situação, já praticada pelas grandes famílias nobres portuguesas nos séculos X a XII¹⁰⁹, corrobora, em nosso entender, o interesse do Rei em ampliar a sua propriedade com o interesse de proceder ao alargamento da área de implantação do paço régio. Num processo semelhante ao ocorrido em Leiria, onde os reis dispunham de uma residência palatina¹¹⁰ e que foi “por algũ tempo assento dos Reys de Portugal, & o que mais a ennobreceo cõ sua presença foy El-Rey D. Dinis, & a Rainha Santa Isabel”¹¹¹, é coincidente a presença de D. Dinis em Frielas na data da aquisição de uma propriedade, aonde chegara dez dias antes de se realizar a respetiva compra.

A existência de um conjunto de documentos despachados da chancela régia dionisina¹¹² permite proceder à descrição dos terrenos e dos casarios integrados na propriedade de D. Dinis em Frielas, uns na posse do Rei antes de 1279 e outros adquiridos entre 1309 e 1310. As cartas de aquisição comprovam, em nosso entender, o compromisso assumido em ampliar, de forma sistemática, a propriedade rural onde se encontrava o paço de veraneio, e, apesar das sérias dificuldades, o conteúdo de cada um dos documentos permitirá proceder ao exercício de cartografar a propriedade régia, delimitar a implantação espacial do paço real e caracterizar a composição do edificado¹¹³.

¹⁰⁸ O exercício de identificação do local e data do despacho dos diplomas e missivas exarados por D. Dinis permite, ainda que com algumas lacunas uma vez que não são conhecidos todos os registos documentais, conhecer a assiduidade do Rei no Paço Real de Frielas durante o seu reinado.

¹⁰⁹ Conforme atesta o estudo de BARROCA, Mário Jorge – “Em torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares”. *Revista de História*, vol. IX (1989), pp. 9-53.

¹¹⁰ Entre Outubro de 1292 e Agosto de 1294 parece ter decorrido um processo semelhante em Leiria, quando o Rei adquiriu quatro propriedades, avaliadas em mais de 357 libras, localizadas nas proximidades do castelo, onde se erguia o paço real. GOMES, Saul António – *Introdução à História do Castelo de Leiria*, pp. 137-139, 221, 287; MARREIROS, Rosa – “A propriedade da Coroa na região de Leiria ao tempo de D. Dinis”. In *Colóquio sobre História de Leiria e da sua Região*. Actas. Vol. I, Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1995, p. 280.

¹¹¹ COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portuguesa*, vol. III, p. 93.

¹¹² Perante a morosidade e as complicações encontradas no decurso do pedido de cedência dos diplomas originais depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) optámos por recorrer às transcrições dos mesmos documentos publicados em apêndice documental no artigo de BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, pp. 30-35.

¹¹³ Por uma questão de fidelidade aos documentos consultados decidimos manter a terminologia original, optando por esclarecer cada um dos termos utilizados, nomeadamente nos pontos cardeais, com base na informação retirada dos dicionários dos autores mais antigos: *Uriente* e *Leuante* com o significado de Oriente/ Este; *Ouciente* de Ocidente/Oeste; *Aguiom* termo que daria origem à palavra *Aguião*, com o sentido de vento Norte, e que o padre Raphael Bluteau associou à estrela Ursa Menor que guia e orienta; e *Aurego* vocábulo que não conseguimos encontrar a origem terminológica mas que por exclusão de partes teve o significado de Sul. BLUTEAU, Raphael – “Norte”. In *Vocabulario Portuguez & Latino*. Lisboa: Oficinas de Pascoal da Sylva, 1716, tm. K-N, p. 749; SILVA, Antonio de Moraes – “Aguião”. In *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, vol. A-E, p. 72; MACHADO, José Pedro (Coord.) – “Aguião”. In *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Euro-Formação, 1989, p. 272.

A primeira *carta de vendiçon*, com data de 18 de Fevereiro de 1309, foi lavrada para firmar o contrato de compra por D. Dinis de um figueiral pertencente a Rui Peres, “morador em Freeellas” que teria recebido ou comprado a João Domingues, lagareiro, e ao seu sogro¹¹⁴. O terreno agrícola com as figueiras, adquirido “com entradas e saydas e com todos seus direitos e perteenças” pelo valor de 60 libras, estava implantado “Ao Uriente o figueiredo que foy de Pero Asno, ao Uçiente e Aguiom o dicto nosso senhor el rey, a Aurego carreya”¹¹⁵. Apesar da valiosa informação revelada no documento em momento algum é mencionado ou demarcado o edifício do paço real dionisino.

Cerca de seis meses mais tarde, em 6 de Julho de 1309, D. Dinis e D. Isabel adquiriram aos moradores em Frielas, Vicente Domingues e Domingas Eanes, sua mulher, “duum lagar d’azeyte que nos hauemos em Freellas o qual foy de Lagareyro nosso padre”¹¹⁶. Três dias após o empréstimo de 16.600 marcos de prata concedido a seu genro Fernando IV de Castela¹¹⁷, os Reis compravam pelo preço de 25 libras “de moeda de Portugal” mais uma propriedade em Frielas, conforme atesta a seguinte *carta de vendiçon*:

“[...] estes som os termos: a sol Leuante e ao Poente e Aguyom nosso senhor el rey; e Aurego Steuam Dominguiuz [...] e outorgamos o dicto lagar com entradas e com saidas e com todas sas pertenças e com todos seus direitos”¹¹⁸.

Este diploma não só permite saber da participação de D. Isabel de Aragão no negócio de aquisição da propriedade, como assegura a sua presença no Paço Real de

¹¹⁴ ANTT, Gaveta 11, Mç. 2, nº 37, fol. 1v – 1309, 18 de Fevereiro, Lisboa – “Carta de compra de um figueiral em Frielas por D. Dinis a Roy Perez”, *apud* REGO, António da Silva – *As gavetas da Torre do Tombo*, vol. II, Doc. 1898, p. 664; BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, pp. 31-32.

¹¹⁵ ANTT, Gaveta 11, Mç. 2, nº 37, fol. 1v – 1309, 18 de Fevereiro, Lisboa – “Carta de compra de um figueiral em Frielas por D. Dinis a Roy Perez”, *apud* REGO, António da Silva – *As gavetas da Torre do Tombo*, vol. II, Doc. 1898, p. 664; BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, pp. 31-32.

¹¹⁶ Os apelidos dos proprietários sugerem que fossem familiares do mencionado lagareiro Iohan Dominguez, situação que poderá supor da existência de uma propriedade que poderia ter sido repartida entre os possíveis herdeiros, e, entretanto, adquirida parcelarmente pelo Rei. Além do mais, a menção do nome de alguns proprietários em vários diplomas permite supor que as propriedades adquiridas e mencionadas nas confrontações tivessem uma implantação contígua. ANTT, *Direitos Reais*, Lv. 2, fols. 200r-200v – 1309, 6 de Julho, Frielas – “Carta de compra de um lagar de azeite em Frielas por D. Dinis e D. Isabel de Aragão a Uicente Dominguiuz e Domingas Johanes”, *apud* BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 32.

¹¹⁷ Ruy de PINA, *Chronica d’el-Rei D. Dinis*, vol. I, Cap. XII.

¹¹⁸ ANTT, *Direitos Reais*, Lv. 2, fols. 200r-200v – 1309, 6 de Julho, Frielas – “Carta de compra de um lagar de azeite em Frielas por D. Dinis e D. Isabel de Aragão a Uicente Dominguiuz e Domingas Johanes”, *apud* BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 32. É conhecido um traslado datado da primeira década do século XVI referente à aquisição do lagar de azeite a Domingas Eanes. ANTT, *Chancelaria Régia. D. Dinis, Doações, ofícios e mercês*, fol. 200v – “Traslado da carta de venda de um lagar de azeite em Frielas feita por Domingas Joanes a D. Dinis”, 1520, fol. 200v.

Frielas, estadas que teriam ocorrido com alguma regularidade conforme evidencia alguma documentação coeva¹¹⁹.

O processo de aquisição de novas propriedades em Frielas por parte de D. Dinis continuaria no ano seguinte. Assim, em 28 de Junho de 1310, D. Dinis celebrava um contrato de compra com o carpinteiro João Martins e sua mulher, Constança Francisca, e Estêvão Domingues e esposa, Sancha Martins. A propriedade era composta por três casas, localizadas no “logo de Freelas”, e levou o Rei a desembolsar a soma de 171 libras em “moeda de Portugal”¹²⁰. Segundo o conteúdo da carta de compra sabemos que os primeiros proprietários venderam:

“[...] a nosso senhor el rey tres casas que nos hauemos em o dicto logo de Freelas e estes som os termos dellas: Ao Leuante el rey, a Aguiom e ao Poente torre, Aurego cassas da ygreja [...] com todos seus direyts e sas entradas e com saydas”¹²¹.

Perante a ambiguidade desta informação será que os prédios identificados como “cassas da ygreja” diziam respeito ao edifício cultual ou, porventura, funcionariam como residência paroquial, ou ainda será que pertenceriam à propriedade da Igreja?

A última aquisição conhecida efetuada pelo Rei em Frielas aconteceu no dia 13 de Outubro de 1310, data em que D. Dinis comprou aos “moradores no reguengo em Freelas”, Miguel Martins e Maria Domingues, uma propriedade, constituída por

¹¹⁹ Durante a estada em Frielas, onde se encontrava D. Isabel de Aragão e o infante D. Afonso em 20 de Julho de 1310, D. Dinis mandou lavrar a carta de concessão da Comenda de Santiago do Cacém, pertencente à Ordem de Santiago, à princesa bizantina D. Vataça Lascaris, aia de sua esposa: “Ensebía con a reyna dona Isabel miha molher con o infante don Alfonso nosso filho primeyro otorgamos [...] a dona Vetaça filha da infanta da Grecia en sa vida a comenda de Santiago do Caçem [...] tan bem a villa como o castelo”. A correspondência expedida da chancelaria régia atesta ainda a presença de D. Isabel de Aragão no Paço Real de Frielas em outras ocasiões, nomeadamente em 5 de Outubro de 1309 e em 25 de Setembro de 1312, de onde expede duas missivas dirigidas a Jaime II, Rei de Aragão e seu irmão, dados históricos que nos levam a supor a hipotética presença de D. Dinis naquelas mesmas datas. Lisboa, AHM, *Privilegios de Santiago. Uclés*, Cx. 263, n.º 28 – 1310, 20 de Julho: “Carta de concessão outorgada por D. Dinis a D. Vataça da Comenda de Santiago do Cacém”; Barcelona, Archivo de la Corona de Aragón (ACA), *Cartas de Jaime II*, Cx. 67, n.º 12786 – 1309, 5 de Outubro: “Missiva de D. Isabel de Aragão a Jaime II de Aragão”; *Cartas de Jaime II*, Cx. 66, n.º 12692 – 1312, 25 de Setembro: “Missiva de D. Isabel de Aragão a Jaime II de Aragão”, *apud* RODRIGUES, Sebastião Antunes – “Rainha Santa – Cartas Inéditas e outros documentos”, pp.190-192, 201. A Rainha volta a encontrar-se no Paço de Frielas no ano de 1318. ANTT, Mosteiro de São Dinis de Odivelas, *Tomo dos Titulos das Doações das igrejas de Santarém, Alenquer, Frielas e Lumiar, e Titulos dos seus padroados*, 1305-1718; PATRÍCIO, Agostinho Amado – *Estudo da Chancelaria de D. Dinis*, p. LVIII; BRANDÃO, Frei Francisco – *Sexta parte da Monarchia Lusitana*, Liv. XVIII, Cap. LXV, p. 272.

¹²⁰ No ano de 1320, Steuam Dominguez surgia como almoxarife e escrivão de D. Dinis em Frielas. ANTT, *Direitos Reais*, Lv. 2, fol. 116r – 1310, 28 de Junho, Lisboa: “Carta de compra de três casas em Frielas por D. Dinis a Johan Martiz e Costança Francisca e a Steuam Dominguez e Sancha Martinz”, *apud* BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, pp. 33, 35.

¹²¹ “Carta de compra de três casas em Frielas por D. Dinis a Johan Martiz e Costança Francisca e a Steuam Dominguez e Sancha Martinz”, *apud* BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, pp. 33, 35. É igualmente conhecido um traslado, datado da primeira década do século XVI, referente à aquisição das três casas por D. Dinis. ANTT, *Leitura Nova, Direitos Reais*, Livro 41, fol. 116r – 1520: “Traslado da carta de venda de casas em Frielas feita por Constança Francisca a D. Dinis”.

um edifício, pela soma de 25 maravedis portugueses¹²². E é precisamente a última das quatro cartas *de vemdiçom* conhecidas, lavrada pelo tabelião de “Freelas e de Sacauem”, Vicente Pais, e na qual serviu de testemunha o antigo proprietário do lagar de azeite, Vicente Domingues, dito “Zagalo”, que surge a menção ao Paço Real de Frielas:

“In nomine Domini amen. Esta he a carta de vemdiçom e de perduraell firmymdam a qual emcomendamos a fazer eu Miguell Martiz e minha molher Maria Dominguiiz moradores no reguengo em Freelas a nosso senhor el rey d’huma casa que nos auemos no dito logo da quall estes som os termos: **ao Leuante a torre, ao Poemte via puluega, a Aguiom paaços del rey e a Aurego via puluega**”¹²³.

Este documento permite apenas circunscrever, e de forma bastante limitada, a implantação dos “paaços del rey” entre a mencionada torre erguida a nascente, a casa entretanto adquirida a sul, a via pública a poente, e, muito provavelmente, a propriedade régia no flanco norte. Em todo o diploma não há informação que permita traçar a composição arquitectónica e a organização espacial do paço real, ainda que, tendo em conta a quantidade de bens que detinha no local, tudo aponte para que fosse um edifício que refletisse a condição abastada do real proprietário¹²⁴.

Neste contexto de residências senhoriais medievais, a presença da torre nas imediações do paço sugere a possibilidade de ter sido integrada na propriedade real e, eventualmente, tornada parte da morada régia, ainda que no documento seja omissa a função, posse ou mesmo ocupação por parte do Rei¹²⁵. Todavia, alguns dos estudos dedicados à habitação senhorial medieval, comprovam a larga disseminação

¹²² ANTT, *Livro de Reis*, fol. 41r – 1310, 13 de Outubro, Frielas: “carta de compra de três casas em Frielas por D. Dinis a Miguell Martiz e Maria Dominguiiz”, *apud* BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 33.

¹²³ Sublinhado nosso. ANTT, *Livro de Reis*, fol. 41r – 1310, 13 de Outubro, Frielas: “Carta de compra de uma casa em Frielas por D. Dinis a Miguell Martiz e Maria Dominguiiz”, *apud* BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 33.

¹²⁴ Muito embora não tenhamos nenhuns dados documentais comparativos parece-nos que muito pertinente a afirmação de Alves Conde ao tratar das construções residenciais do Médio Tejo: “As construções complexas que conhecemos apresentavam características mais urbanas que rurais e serviam de moradia a poderosos”. CONDE, Manuel Sérgio Alves – *Construir, habitar: A Casa Medieval*, p. 72.

¹²⁵ Considerando que a propriedade régia em Frielas continuaria a ser ampliada pelo sucessor de D. Dinis, D. Afonso IV, conforme atestam as cartas de compra de duas adegas, uma em 17 de Junho e outra logo em 25 de Julho de 1339, é fácil supor que o paço real tenha sido igualmente ocupado durante o seu reinado e eventualmente até beneficiado nas décadas seguintes. Mas a partir de então começa a escassear a documentação, sugerindo uma progressiva redução na assiduidade na residência de Frielas a partir dos reinados de D. Afonso IV e D. Pedro I. Ainda assim, Mário Barroca avança com a hipótese de D. Pedro ter sido responsável por uma eventual campanha no edifício. MACHADO, J.T. Montalvão – “Paço Real de Frielas”, p. 188; BARROCA, Mário Jorge – “Arquitectura Gótica Civil. Paços Reais”, p. 93.

do aproveitamento das estruturas fortificadas a partir do século XIII¹²⁶. As denominadas *domus fortis*, com suas torres a servirem de centro polarizador das moradas senhoriais, viriam a serem implantadas, sistemática e preferencialmente, em “zonas de vale, onde a componente agrícola predomina, mas escolhendo, nessas terras baixas e férteis, pequenas elevações para nelas se apoiarem [...] na orla de pequenos núcleos de povoamento rural”, mas sem nunca perder a sua componente arquitetónica militar, como estruturas de vigia e de primeira linha de defesa¹²⁷.

Tendo em conta a caracterização geográfica da região de Frielas e a referência a uma segunda torre em Sacavém, localizada a cerca de seis quilómetros, é provável que o edifício turriforme reunisse as mesmas características formais de uma estrutura fortificada e pudesse integrar uma rede militar de defesa da já grande cidade de Lisboa, conforme sugerem Pedro Gomes Barbosa e António Balcão Vicente, autores que consideram que se poderia tratar efetivamente de um torreão com suas “construções anexas que formariam ângulo onde se encaixavam as referidas casas [...] claramente individualizada do paço” real dionisino, e quem sabe se construída em data “mesmo anterior à conquista cristã”¹²⁸. Procurando corroborar a tese da presença de uma torre de aspecto e função militar, os autores associaram a sua destruição às investidas de 1383, afirmando que “o objectivo dos castelhanos não era a simples destruição do paço, e a sua pilhagem [...] parece-nos que o verdadeiro objectivo seria o controlo do acesso a Lisboa, de modo a impedir a chegada de socorros. [...] O principal alvo seria não o paço, mas a torre que aí existiu”¹²⁹.

¹²⁶ Os estudos avançados por José Mattoso, Mário Barroca e Manuel Sílvio Alves Conde sugerem a possibilidade de inúmeros edifícios militares, alguns verdadeiras fortalezas de defesa, terem sido requeridos e ocupados por inúmeras famílias nobres proprietárias enquanto residência, símbolo de prestígio e poder sobre os direitos da terra e até como espaços de armazenamento de bens. No entanto, em determinados momentos, ao procurar reforçar o poder da Coroa junto desta nobreza, os reis foram compelidos a ordenar a destruição de alguns destes edifícios fortificados, como aconteceu no reinado de D. Sancho I, com a demolição, em 1210, da Torre de Cunha, nos arredores de Braga, e no de D. Dinis quando, em 1301, impôs a demolição de uma torre pertencente a Gonçalo Cabelos, e homologou, em 1314, um diploma que interditava a construção de novas torres e residências fortificadas sem as devidas aprovações régias. MATTOSO, José – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1985, p. 94; BARROCA, Mário Jorge – “Em torno da Residência Senhorial Fortificada”, pp. 12, 17-18, 46-47; CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Construir, habitar: A Casa Medieval*, pp. 33-35, 48-49.

¹²⁷ Rigaud de Sousa e Mário Barroca concentraram a sua investigação nas residências senhoriais fortificadas localizadas na região de Entre Douro e Minho, em Amares e em Vila Verde, em Braga. Dos cinco casos estudados só a Torre de Castro, em São Martinho de Carrazedo, e a Torre de Penegate, em São Miguel de Carreiras, não ficavam localizadas numa área de planície e demarcada por uma vasta zona agrícola. SOUSA, José João Rigaud de – “Casas-Torre ainda existentes nos arredores de Braga”. *O Distrito de Braga. Boletim Cultural de Etnografia e História*, 2.ª série, vol. III (1978), pp. 12-15; BARROCA, Mário Jorge – “Em torno da Residência Senhorial Fortificada”, pp. 9-12, 17-20, 22-23.

¹²⁸ BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 25.

¹²⁹ BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 25. Situação bastante idêntica e até com maiores proporções terá acontecido em Fevereiro de 1373, quando as tropas de Henrique II de Castela tomaram Torres Novas, destruindo as muralhas e incendiando a vila. CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Construir, habitar: A Casa Medieval*, pp. 88-89, nt.94.

Apesar dos argumentos apresentados nos parecerem verosímeis, a existência de uma torre edificada no flanco norte do Paço de Santa Clara, o edifício residencial mandado construir por D. Isabel de Aragão na margem esquerda do Mondego, junto ao mosteiro clarista nos princípios da década de 1320 – e da qual não se pode “hoje determinar-se com precisão o fim para que fora construída”¹³⁰ mas que teria servido “para assinalar simbolicamente o prestígio e o poder da sua proprietária”¹³¹ –, leva-nos de facto a interrogar se a torre identificada nas imediações pertencia de facto ao sistema defensivo e/ou se era parte integrante da própria propriedade régia. E tendo em conta a política encetada por D. Dinis, impulsionada anteriormente por D. Afonso III, não custa a crer que fosse ou viesse a ser adquirida pela Coroa.

Com o reacender das tensões político-militares entre as coroas de Portugal e de Castela e Leão, o Rei João II de Trastâmara organizou uma expedição bélica contra o Reino de Portugal, entrando a sua frota pelo rio Tejo em Março de 1382. Perante a inexpugnabilidade da nova cinta muralhada de Lisboa, as tropas castelhanas-leonesas foram acoessando, saqueando e incendiando os burgos limítrofes localizados ao longo das margens do Tejo. Esta incursão militar durante as guerras fernandinas resultaria assim na destruição total (?) do Paço Real de Frielas, assim como o saque dos paços régios de Vila Nova da Rainha, o de Xabregas e o de Alcanhões¹³², conforme sugere o cronista Fernão Lopes num curto mas muito esclarecedor depoimento acerca do estado de ruína do edifício real:

“queimarom outros paaços delRei, acerca dhuum soloçoso rio, que som duas legoas da çidade, homde chamam Freelas”¹³³.

Conforme o documento da aquisição das três casas parece demonstrar, a torre não seguia um esquema construtivo de planta quadrangular¹³⁴, mas sim

¹³⁰ VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade, [1891-1894] 1993, pp. 123-125, 197-198.

¹³¹ Francisco Pato de Macedo avança com a hipótese desta torre, já existente antes da ereção do paço isabelino, ter servido inicialmente como espaço residencial de D. Isabel de Aragão no decurso da campanha de obras de edificação do referido paço. MACEDO, Francisco Pato de – *Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, pp. 870-871.

¹³² BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 25; GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores/ Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, p. 155; MACHADO, J.T. Montalvão – “Paço Real de Frielas”, p. 188; SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 83.

¹³³ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. Porto: Livraria Civilização, 1989, Cap. CXXXV, p. 376.

¹³⁴ Ainda que não disponhamos de dados comparativos sabemos que a Torre de Dornelas, mandada construir na segunda metade do século XIII junto de uma residência senhorial, apresenta planta quadrangular com as dimensões de 5 metros por 5 metros e dispunha de uma única entrada ao nível do piso superior, seguindo um plano semelhante ao da Torre da Ucanha, no concelho de Tarouca, conforme tivemos oportunidade de verificar pessoalmente em 2017. BARROCA, Mário Jorge – “Em torno da Residência Senhorial Fortificada”, pp. 9-11, 22-23, 26, 44.



Fig. 3 – Construção identificada como o muro do Paço Real de Frielas (atualmente destruída). Montalvão Machado | Registo fotográfico | 1965. Proveniência: MACHADO, J.T. Montalvão – “Paço Real de Frielas”, p. 193.

poligonal¹³⁵, dotado, muito provavelmente, de um pequeno muro defensivo adjacente sugerido por Montalvão Machado, em 1965, servindo assim “de guarda ao palácio e defendê-lo das inundações da ribeira de Sacavém”¹³⁶ (Fig. 3). A ausência de quaisquer evidências arqueológicas e provas documentais lança assim para o campo da interpretação histórica os argumentos apresentados, os nossos e os dos autores agora citados.

A partir de então as eventuais estruturas sobreviventes ao conflito militar entrariam numa progressiva ruína material até se lhe perder o rasto físico por completo¹³⁷. Entretanto, D. Fernando, o Rei que aparentemente nunca estanciou em Frielas, ou pelo menos não incluiu o paço dionisino no conjunto das suas residências de vilegiatura favoritas, considerou, em 1 de Julho de 1378, proceder à entrega do edifício pação ao ermitão Lourenço Anes, para o estabelecimento de uma comunidade de monges de São Jerónimo, resolução que nunca terá sido concretizada¹³⁸.

¹³⁵ CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Construir, habitar: A Casa Medieval*, pp. 40-41.

¹³⁶ MACHADO, J.T. Montalvão – “Paço Real de Frielas”, pp. 192-193.

¹³⁷ Não será difícil de imaginar o nível de destruição num cenário de guerra militar medieval, altamente violenta, o eventual reaproveitamento dos materiais de construção pelas populações vizinhas – basta visitar Idanha-a-Velha e verificar, quase em cada rua, a presença de blocos de cantaria romana reintegrados nas habitações –, e ainda, porventura, os estragos provocados nos alicerces das ruínas pelos muitos sismos registados na região da grande Lisboa. Só no século XIV, em data posterior, às campanhas operadas por D. Dinis, Alves Conde menciona os abalos sísmicos de 1320, 1321, 1337, 1344, 1356, 1366 e 1395. CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Construir, habitar: A Casa Medieval*, p. 110, nt. 46

¹³⁸ Será que o motivo de o Rei não proceder à entrega do paço esteja relacionado com a doação do reguengo, como arras de casamento, a D. Leonor Telles? BRANDÃO, frei Francisco – *Sexta parte da Monarchia Lusitana*,

Com base nos vestígios arquitetónicos ainda existentes em 1965, o historiador Montalvão Machado identificou dois muros de cantaria e alvenaria mista, bastante arruinados, como parte integrante do antigo Paço Real de Frielas: “A norte e a poente da capela, vêem-se umas colunas e muralhas, que têm todo o aspecto de antiguidades medievais e essas sim é que devem ser coevas do monarca. As colunas, que não pudemos contemplar de perto, devem ser os últimos restos do velho palácio real”¹³⁹.

Nas décadas seguintes, os poucos indícios materiais mencionados por Montalvão Machado acabariam por desaparecer, e com eles a hipótese de identificar se as estruturas arquitetónicas pertenceriam ao século XIV ou ao século XVII. Entretanto, no decorrer das obras programadas pela Junta de Freguesia de Frielas numa parcela de terreno outrora pertencente à Quinta do Caiado, na margem direita da Ribeira da Póvoa, em Frielas, uma equipa de arqueólogos conduziu, entre 24 de Março e 15 de Outubro de 1997¹⁴⁰, as primeiras escavações com o intuito de localizar as primitivas estruturas fundacionais do Paço Real de Frielas¹⁴¹.

Num processo transversal a outras residências régias, nomeadamente no Paço Real de Leiria, D. Dinis promoveu ainda a edificação de uma capela privativa no Paço Real de Frielas. Um quinto diploma, outorgado pela chancelaria régia em 6 de Julho de 1313¹⁴², confirma a existência de uma capela no paço com o orago dedicado a Santa Catarina, a Mártir de Alexandria¹⁴³, na qual oficiava um capelão de

Lv. XVIII, Cap. XLVI, p. 198; MACHADO, J.T. Montalvão – “Paço Real de Frielas”, p. 190; SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1977, p. 6. Dissertação de doutoramento em História Moderna e Contemporânea.

¹³⁹ MACHADO, J.T. Montalvão – “Paço Real de Frielas”, pp. 192-193.

¹⁴⁰ A equipa de arqueologia foi destacada pela Câmara Municipal de Loures em colaboração com o Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo “Alexandre Herculano” da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: n.º de identificação CNS: 11848, Processos DGPC-PA: S – 11848 e C – 11848.

¹⁴¹ O espaço de intervenção denomina-se *Sítio Arqueológico de Frielas* e está classificado como Sítio de Interesse Público (SIP), pela Portaria n.º 740-BD/2012 do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24 de Dezembro de 2012. SILVA, Ana Raquel; BARBOSA, Pedro – “Cerâmica de tradição muçulmana da *Uilla* romana de Frielas (Loures)”. *Arqueologia Medieval*, nº8 (2003), p. 109.

¹⁴² Através do levantamento dos itinerários régios dionisinos verificámos que o último dia de permanência do D. Dinis em Frielas foi precisamente a 6 de Julho, o que leva a supor que o rei esteve presente na primeira celebração aí realizada. RAU, Virgínia – “*Itinerário del-rei D. Dinis*”, p. 68.

¹⁴³ Os estudos levados a cabo por Bernardo Sá-Nogueira revelam que nenhuma das igrejas do padroado régio de D. Dinis ou das capelas por ele patrocinadas teve Santa Catarina de Alexandria como orago. Porventura teria D. Dinis escolhido o hagiónimo de Santa Catarina por estar associado ao nascimento de algum familiar? Teria a sua neta D. Maria de Portugal, filha do infante D. Afonso e futura rainha de Castela, nascido no dia da festa de Santa Catarina do ano de 1313? Durante as nossas pesquisas fomos encontrar na obra de frei Francisco Brandão alguns apontamentos pertinentes. Segundo o cronista cisterciense “Inclinarse El Rey D. Dinis á deuação de Santa Catherina, deuia ser por afeiçoado às letras que introduzio neste Reyno em escolas publicas, das quais a Santa Doutora em todas as naçoens he patrocinadora”. Importa assim referir que Santa Catarina, a protetora dos estudantes e professores, foi alvo de manifestações devocionais na capela da Universidade de Coimbra, como ainda hoje comprova a escultura executada por frei Cipriano da Cruz nos finais do século XVII. Mas frei Brandão apresentou ainda outros dois argumentos igualmente passíveis de nos esclarecerem acerca da escolha do hagiónimo para a capela palatina de Frielas. Santa Catarina era igualmente protetora dos navegantes e sabemos que D. Dinis investiu bastante na engenharia naval portuguesa. Aliás, o almirante genovês Manoel Pessanha viria estar na posse do reguengo de Frielas. Quanto ao segundo argumento o monge cisterciense salientou a particular devoção de D. Isabel de Aragão e da sua aia, D. Maria Cornel, pois esta descendia de uma família aragonesa – os

nomeação do Rei, auxiliado por um acólito/sacristão, na celebração da Missa diária, Horas Canônicas e Ofícios Divinos segundo as festas estabelecidas no Calendário Litúrgico da Igreja:

“Dom Deniz pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta uirem faço saber que eu [...] faço nas m[in]has casas de Freelas huma capela d’oragoo de Sancta Catelina en esta guisa: que esta na dicta capela huum capelan com huum moozinho e que digan cada dia todalas oras canónicas en essa capela e que o capelan diga cada dia huma misa en essa capela en onrra de Sancta Catelina [...] E esse capelan deue estar en essa capela enquanto a mim prouguer. E se a mim non prouguer desse capelam hy estar [...] que non he boon, deuo eu a tolher esse capelan e poer hy outro qual eu teuer por ben. E outrossy deuen a fazer cada huuns dos reys que ueeren depós de mim”¹⁴⁴.

Com este quinto diploma de 1313, no qual fica comprovado que D. Dinis ordenou a construção “nas m[in]has casas de Freelas huma capela”¹⁴⁵, parece ficar completo um ciclo cronológico que nos permite avançar com uma possível datação para as campanhas de obras promovidas no Paço Real de Frielas. Iniciado o plano de ampliação da propriedade régia a partir de, pelo menos, Fevereiro de 1309, o programa de renovação do paço poderá ter decorrido entre Outubro de 1310 e Julho de 1313, datas que balizam a última aquisição – marcada pela presença do Rei no local inclusive¹⁴⁶ –, e a instituição da capelania real, somente possível com a ereção do novo edifício de culto¹⁴⁷.

A análise da documentação conhecida, reveladora da intenção do Rei em aumentar a sua propriedade em Frielas, muito provavelmente relacionada com as obras de renovação/ampliação do edifício residencial como atrás defendemos,

Cornel –, supostos descendentes da Mártir de Alexandria. Embora seja um argumento válido por que motivo a Santa Rainha não edificaria outras capelas com o mesmo orago? COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portuguesa*, vol. III, p. 350; MACHADO, J.T. Montalvão – “Paço Real de Frielas”, p. 188; SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 31; SÁ-NOGUEIRA, Bernardo – “A Organização do Padroado Régio Durante o Reinado de D. Dinis – Listas das Apresentações (1279-1321)”. In *Arqueologia do Estado. I.ª Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: História & Crítica, 1988, pp. 421-445; BRANDÃO, frei Francisco – *Sexta parte da Monarchia Lusitana*, Lv. XVIII, Cap. XLVI, pp. 199, 201; Cap. LVI, pp. 237-243.

¹⁴⁴ O estipêndio do capelão régio foi fixado em 70 libras e deveria ser pago com os “primeiros dinheiros que saírem das uinhas” que o monarca detinha em Frielas, ficando incumbido o almoxarife dos respetivos pagamentos “aas terças do ano”, ou seja, de forma tripartida. ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. 3 – “Diploma régio outorgado por D. Dinis para a instituição de uma capela real, dedicada a Santa Catarina, no Paço Real de Frielas”, Frielas, 1313, 6 de Julho, *apud* BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 34.

¹⁴⁵ BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 34.

¹⁴⁶ RAU, Virginia – “*Itinerário del-rei D. Dinis*”, p. 68.

¹⁴⁷ Ruiz asseverou que “na capella do palacio havia uma inscrição que dava como fundador este rei” D. Dinis. RUIZ, Antonio José Mimoso – *Paços Reaes. Separata do Boletim da Associação dos Conductores de Obras Publicas*. Lisboa: Typhografia do Commercio, 1905, p. 15.

permite apresentar a hipótese para dois momentos construtivos distintos, e dado o volume de aquisições de bens imóveis e a instituição da capelania real, parece-nos bem provável que a grande empresa material levada a cabo no Paço Real de Frielas durante o reinado de D. Dinis tivesse decorrido entre os anos de 1309/1310 e 1313, e não a que terá ocorrido em data anterior ao ano de 1305.

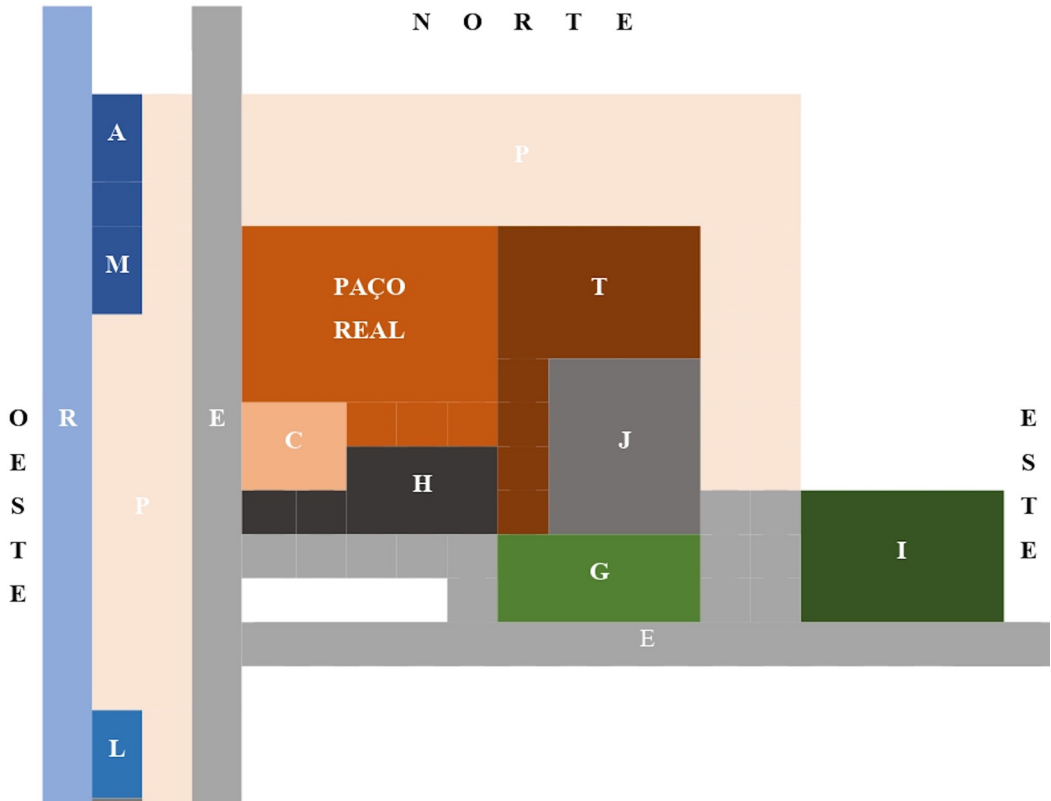
Edificado numa área rural e com uma componente eminentemente agrícola, conforme atestam os diplomas conhecidos das sucessivas aquisições feitas por D. Dinis, o Paço Real de Frielas estaria implantando numa propriedade envolta de árvores de fruto, nomeadamente figueiras e vinhas, e dotada, dentro de uma tradição comum em Portugal para o período medieval, de um pequeno horto para o cultivo das mais variadas ervas, plantas e flores, requeridas para o uso culinário, farmacológico ou para mera fruição¹⁴⁸. Os sucessivos diplomas revelam ainda a aquisição, e porventura beneficiação e/ou construção, de pequenos edifícios oficinais de apoio para a exploração, transformação e armazenamento de alguns produtos agrícolas, nomeadamente azenhas e moinhos, lagares de azeite e adegas, e, eventualmente, outras unidades de exploração, celeiros e palheiros, aos quais acresciam ainda os estábulos e currais para os animais.

Apesar dos vários contratos de compra mencionados identificarem a propriedade régia adquirida por D. Dinis somente os diplomas de 1310 permitem cartografar, ainda que esquematicamente e com as devidas cautelas naturalmente, a área de implantação da residência palatina em Frielas. Com base nos dados fornecidos pelos contratos de venda e de um primeiro desenho elaborado por Pedro Gomes Barbosa e António Balcão Vicente¹⁴⁹ decidimos assim avançar com a reelaboração de um esboço, hipotético evidentemente, para delimitar as áreas limítrofes da residência régia entre as parcelas adquiridas, as particulares e as públicas (Esquema 1).

¹⁴⁸ SILVA, José Custódio Vieira da – “Espaços e lugares: o paço”, p. 86.

¹⁴⁹ BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, Desenho, p. 29.

Esquema 1: Implantação hipotética do Paço Real de Frielas e das propriedades régias e privadas adjacentes



Legenda do Esquema 1:

PR	Paço Real de Frielas Fonte documental: ANTT, <i>Livro de Reis</i>, fol. 41r: 1310, 13 de Outubro, Frielas – “Carta de compra de uma casa em Frielas por D. Dinis a Miguell Martiz e Maria Dominguiç”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 33.
C	Capela de Santa Catarina de Alexandria Fonte documental: ANTT, <i>Chancelaria de D. Dinis</i>, Lv. 3, “Diploma régio outorgado por D. Dinis para a instituição de uma capela real, dedicada a Santa Catarina, no Paço Real de Frielas”, Frielas, 1313, 6 de Julho, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 34.

P	Propriedade Régia em Frielas Fontes documentais: ANTT, <i>Chancelaria Régia. D. Dinis, Doações, ofícios e mercês</i>, Lv.3. fol. 1v: 1298, 22 de Janeiro, Frielas – “Carta de aforamento de moinhos e azenhas em Frielas concedida por D. Dinis a Domingos de Gaya e Maria Eanes”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, pp. 30-31. ANTT, Gaveta 11, Mç. 2, nº 37, fol. 1v: 1309, 18 de Fevereiro – “Carta de compra de um figueiral em Frielas por D. Dinis a Roy Perez”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, pp. 31-32; REGO, António da Silva – <i>As gavetas da Torre do Tombo</i>, vol. II, Doc. 1898, p. 664. ANTT, <i>Direitos Reais</i>, Lv. 2, fols. 200r-200v: 1309, 6 de Julho, Frielas – “Carta de compra de um lagar de azeite em Frielas por D. Dinis e D. Isabel de Aragão a Uicente Dominguíz e Domingas Johanes”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 32. ANTT, <i>Direitos Reais</i>, Lv. 2, fol. 116r: 1310, 28 de Junho, Lisboa – “Carta de compra de três casas em Frielas por D. Dinis a Johan Martiz e Costança Francisca e a Steuam Dominguez e Sancha Martinz”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 33.
T	Torre de Frielas Fontes documentais: ANTT, <i>Direitos Reais</i>, Lv. 2, fol. 116r: 1310, 28 de Junho, Lisboa – “Carta de compra de três casas em Frielas por D. Dinis a Johan Martiz e Costança Francisca e a Steuam Dominguez e Sancha Martinz”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 33. ANTT, <i>Livro de Reis</i>, fol. 41r: 1310, 13 de Outubro, Frielas – “Carta de compra de uma casa em Frielas por D. Dinis a Miguell Martiz e Maria Dominguíz”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 33.
G	Casas da Igreja (residência paroquial?) Fonte documental: ANTT, <i>Direitos Reais</i>, Lv. 2, fol. 116r: 1310, 28 de Junho, Lisboa – “Carta de compra de três casas em Frielas por D. Dinis a Johan Martiz e Costança Francisca e a Steuam Dominguez e Sancha Martinz”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 33.
I	Igreja Matriz de São Julião e Santa Basilissa Fonte documental: ANTT, <i>Direitos Reais</i>, Lv. 2, fol. 116r: 1310, 28 de Junho, Lisboa – “Carta de compra de três casas em Frielas por D. Dinis a Johan Martiz e Costança Francisca e a Steuam Dominguez e Sancha Martinz”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 33.
J	Três casas compradas a Johan Martiz e Costança Francisca e a Steuam Dominguez e Sancha Martinz Fonte documental: ANTT, <i>Direitos Reais</i>, Lv. 2, fol. 116r: 1310, 28 de Junho, Lisboa – “Carta de compra de três casas em Frielas por D. Dinis a Johan Martiz e Costança Francisca e a Steuam Dominguez e Sancha Martinz”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 33.
H	Casa comprada a Miguell Martiz e Maria Dominguíz Fonte documental: ANTT, <i>Livro de Reis</i>, fol. 41r: 1310, 13 de Outubro, Frielas – “Carta de compra de uma casa em Frielas por D. Dinis a Miguell Martiz e Maria Dominguíz”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 33.

E	Atual Estrada Municipal 507 e Travessa do Jordão muito provavelmente decalcadas na via pública mencionada na documentação dionisina e que eventualmente se ligaria ao adro da Igreja Matriz de São Julião e Santa Basilissa Fontes documentais: ANTT, Gaveta 11, Mç.2, nº 37, fol. 1v: 1309, 18 de Fevereiro, Lisboa – “Carta de compra de um figueiral em Frielas por D. Dinis a Roy Perez”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, pp. 31-32; REGO, António da Silva – <i>As gavetas da Torre do Tombo</i>, vol. II, Doc. 1898, p. 664. ANTT, <i>Livro de Reis</i>, fol. 41r: 1310, 13 de Outubro, Frielas – “Carta de compra de uma casa em Frielas por D. Dinis a Miguell Martiz e Maria Dominguiç”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 33.
L	Lagar de azeite adquirido a Uicente Dominguiç e Domingas Johanês Fonte documental: ANTT, <i>Direitos Reais</i>, Lv. 2, fols. 200r-200v: 1309, 6 de Julho, Frielas – “Carta de compra de um lagar de azeite em Frielas por D. Dinis e D. Isabel de Aragão a Uicente Dominguiç e Domingas Johanês”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 32.
V	Propriedade privada localizada junto do lagar de azeite adquirido a Uicente Dominguiç e Domingas Johanês Fonte documental: ANTT, <i>Direitos Reais</i>, Lv. 2, fols. 200r-200v: 1309, 6 de Julho, Frielas – “Carta de compra de um lagar de azeite em Frielas por D. Dinis e D. Isabel de Aragão a Uicente Dominguiç e Domingas Johanês”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 32.
A M	Azenhas e moinhos construídos por Domingos de Gaya e Maria Eanes Fonte documental: ANTT, <i>Chancelaria Régia. D. Dinis, Doações, ofícios e mercês</i>, Lv. 3, fol. 1v: 1298, 22 de Janeiro, Lisboa – “Carta de aforamento de moinhos e azenhas em Frielas concedida por D. Dinis a Domingos de Gaya e Maria Eanes”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, pp. 30-31.
R	Ribeira da Póvoa, em Frielas, um dos afluentes do rio Trancão Fonte documental: ANTT, <i>Chancelaria Régia. D. Dinis, Doações, ofícios e mercês</i>, Lv. 3, fol. 1v: 1298, 22 de Janeiro, Lisboa – “Carta de aforamento de moinhos e azenhas em Frielas concedida por D. Dinis a Domingos de Gaya e Maria Eanes”, <i>apud</i> BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, pp. 30-31.

Contornos bem mais definidos que parecem comprovar, em nosso entender de forma inequívoca, a localização do primitivo Paço Real de Frielas, resultam da confrontação dos elementos recolhidos nos escassos diplomas contratuais, celebrados sobretudo entre 1309 e 1310 (*vide* legenda do Esquema 1), com os desenhos das cartas de arqueologia da atual Estação Arqueológica de Frielas (Fig. 4) e os levantamentos aéreos obtidos a partir da plataforma digital da *Google Maps* (Fig. 5).

Com base na informação recolhida nos desenhos de arqueologia e nas imagens captadas por satélite torna-se apetecível traçar uma hipotética delimitação física da implantação do Paço Real de Frielas numa área muito próxima – praticamente

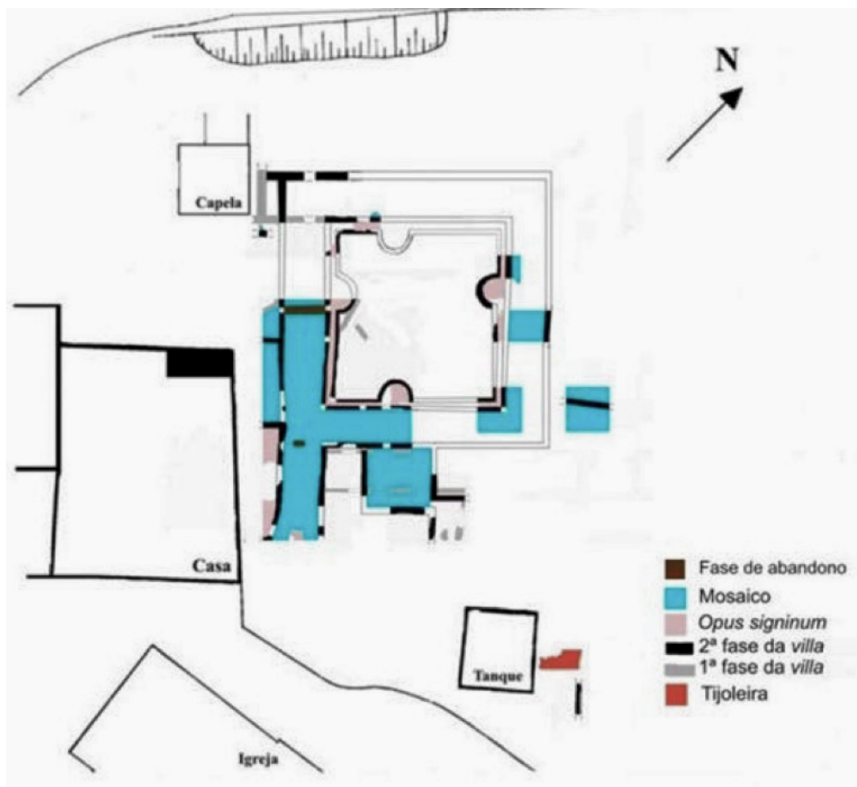


Fig. 4 – Planta geral da villa romana de Frielas com a identificação das áreas intervencionadas durante as campanhas de arqueologia. Proveniência: SILVA, Ana Raquel, “Villa romana de Frielas”, p. 91, fig. 1.

sobreposta diríamos nós –, ao campo arqueológico onde outrora existira uma *villa* romana, edificada segundo uma “planta em U, com um amplo peristilo de planta quadrangular, delimitado por um pórtico colunado do qual restam quatro bases de colunas áticas e um capitel jónico”, abandonada, em definitivo, nos inícios do século VII¹⁵⁰, provavelmente depois de 711.

Além do mais, a própria circunscrição do devoluto edifício da Capela de Santa Catarina, a oeste, a Igreja Matriz de Frielas, a sudeste, o casario – o que pertencia à Igreja? –, a sudoeste, parecem assim reforçar a conjectura da localização do edifício do paço real. Até o próprio curso de água da Ribeira da Póvoa, em Frielas, permitir supor a distribuição das azenhas construídas para a produção agrícola local após o contrato celebrado com o Rei.

¹⁵⁰ Com base nos vestígios arqueológicos encontrados é possível saber que a *villa* dos séculos III-IV, que substituiu uma anterior, estava adornada no interior com pavimentos em mosaico e revestimentos parietais de mármore e pintura. SILVA, Ana Raquel – “Villa romana de Frielas”, pp. 90-91.



Fig. 5 – Área provável implantação do Paço Real de Frielas – Estação Arqueológica de Frielas (A); Capela de Santa Catarina (B); Igreja Matriz de São Julião e Santa Basilissa (C); Estrada Municipal 507 (D); Ribeira da Póvoa, afluente do rio Trancão (E). Proveniência: Google Maps (consulta: 26 de Junho de 2018).

A existência de uma pequena capela na área de implantação do Paço Real de Frielas¹⁵¹ (Figs. 6-7), e à qual a tradição popular associa as suas origens à primitiva Capela de Santa Catarina mandada construir por El-Rei D. Dinis¹⁵², pode assim asseverar a continuidade deste espaço de culto nos séculos seguintes¹⁵³, uma vez que a confrontação da implantação do atual edifício da capela com o registo da demarcação das propriedades envolventes da casa adquirida em 13 de Outubro de 1310 localizam uma via pública a poente e a sul.

¹⁵¹ Erguido na segunda metade do século XVII, o edifício da capela apresenta planta centralizada, distribuída numa única seção quadrangular, coberta por cúpula encimada no exterior por um lanernim. No interior foi aberto um pequeno nicho, central, ornamentado por pinturas parietais formando uma estrutura retabular fingida, sugerindo a sua utilização primitiva como altar principal.

¹⁵² De acordo com o testemunho disseminado por tradição oral, recolhido por Montalvão Machado junto de um natural de Frielas, Alfredo Garcia, a atual Capela de Santa Catarina, teria sido edificada sobre a área da primitiva capela palatina dionisina. MACHADO, J.T. Montalvão – “Paço Real de Frielas”, pp. 191-192.

¹⁵³ Ainda que nos pareça que a capela ficasse integrada totalmente no paço não podemos colocar de parte a hipótese de o edifício de culto pudesse estar separado fisicamente da morada real dionisina. A título de exemplo, os proprietários do Solar dos Vasconcelos, em Amares, ordenaram a construção de uma capela de invocação a Santa Luzia a escassos metros do edifício residencial. BARROCA, Mário Jorge – “Em torno da Residência Senhorial Fortificada”, p. 40.



Fig. 6 – Capela de Santa Catarina implantada, segundo a tradição, no exato local da capela palatina do Paço Real de Frielas. Autor desconhecido | Registo fotográfico | 1999 (?). Proveniência: Arquivo Municipal de Loures (sem número de registo).

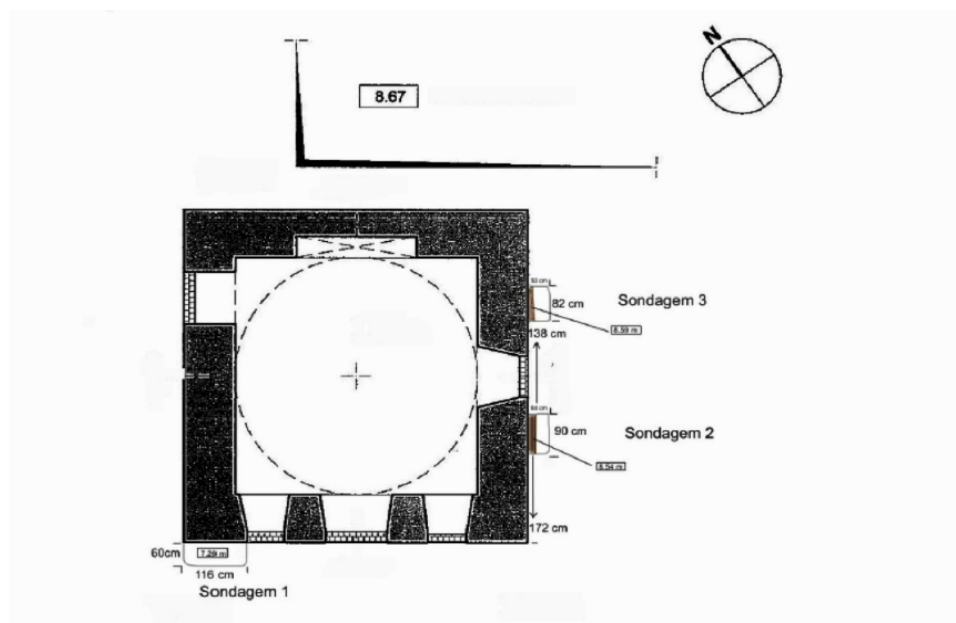


Fig. 7 – Planta da Capela de Santa Catarina com a localização das sondagens arqueológicas realizadas em 2007. Ana Raquel Silva | Desenho | 2007. Proveniência: Ana Raquel SILVA – Estação Arqueológica de Frielas. Relatório da campanha de 2008. Loures, Câmara Municipal de Loures, 2008, p. 6.

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Vieira da Silva sobre as capelas palatinas medievais portuguesas, regra-geral “quase sempre exteriores à casa de habitação, totalmente autónomas na sua definição arquitetónica e funcional e de dimensões mais ou menos acrescidas consoante a importância do palácio onde se inseriam”¹⁵⁴, parece assim haver coincidência entre a área de implantação da atual capela com a do antigo edifício cultural da residência dionisina.

Os vestígios materiais remanescentes do paço régio parecem ter ficado encobertos até ao século XVII, quando, por volta de 1670-1671, o IV conde de Vila Franca e I conde de Ribeira Grande, D. Manuel Baltazar Luís da Câmara, decidiu construir uma residência de veraneio, com capela anexa, na suposta área de implantação do primitivo Paço Real de Frielas¹⁵⁵.

De acordo com o testemunho do monge cisterciense e cronista-mor do Reino, frei Francisco Brandão, durante a campanha de obras promovida por D. Manuel Baltazar¹⁵⁶ terão sido postos a descoberto alguns elementos materiais que foram associados à residência dionisina:

“ainda ha pouco tempo que beneficiando o sitio, acharão as ruinas & vestígios da obra antiga, de que se aprouietarão algumas pessoas, & em especial se achou huma fermosa taça de pedra que seruia a huma fonte, & **hum pavimento de pedras quadradas brancas, & negras**, com outros materiaes que demonstraão bem a grandesa do primeiro fabricador”¹⁵⁷.

No entanto, com base nos resultados das campanhas arqueológicas realizadas, tudo indica que o pavimento de pedra talhada em formato quadrangular fosse bem mais antigo. Os primeiros trabalhos dirigidos em 1997 na área de implantação da

¹⁵⁴ SILVA, José Custódio Vieira da – “Espaços e lugares: o paço”, pp. 87-88.

¹⁵⁵ MACHADO, J.T. Montalvão – “Paço Real de Frielas”, pp. 191-192; BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 26.

¹⁵⁶ Na *memória paroquial* redigida pelo pároco residente, D. António Regado da Serpa, não havia “antiguidade digna de memória”, nem referências sobre o antigo paço de D. Dinis e nem sobre o novo edifício construído por D. Manuel Baltazar, conquanto “no terramoto do anno de 1755 padeceo todo este lugar [...] As cazas do lugar a mayor parte dellas cahidas por terra”. O pároco de Frielas mencionou apenas a existências de duas capelas, uma dedicada a Nossa Senhora do Monte, na propriedade de António Caetano de Sousa, e outra a Santa Maria, na quinta de João Telles P. e Moura. Apesar de considerarmos que uma destas duas capelas é a que ainda subsiste na área do antigo paço dionisino, provavelmente a primeira, não nos foi possível apurar mais dados históricos. ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 16, n.º 194, fols. 1175v-1177v – “Resposta aos Interrogatorios pertencentes a este lugar de Frielas”.

¹⁵⁷ Sublinhado nosso. Frei Francisco Brandão associaria estes vestígios à obra de reconstrução da Capela de Santa Catarina de Frielas que deveria estar em curso aquando da redação do volume sexto da sua obra *Monarchia Lusitana*, dedicando-lhe um capítulo inteiro, intitulado “Da Capella de Santa Catherina que El Rey instituiu nos paços de Freelas”, em 1313. E rematava com a nota: “Nam he para esquecer em confirmação da piedade d’el Rey D. Dinis a fabrica com que honrou os paços de Freelas”. BRANDÃO, frei Francisco – *Sexta parte da Monarchia Lusitana*, Lv. XVIII, Cap. XLVI, pp. 198-201. Estas seriam as referidas “excavações ha tempo feitas n’esse local” onde vieram a ser encontradas “taças de pedra e pavimento em xadrez com mármore de variegadas côres” mencionadas por Mimoso Ruiz. RUIZ, Antonio José Mimoso – *Paços Reaes*, p. 15.

devoluta Capela de Santa Catarina¹⁵⁸, aparentemente construída na segunda metade do século XVII sobre o local da capela palatina dionisina, colocaram a descoberto diversos materiais cerâmicos dispostos entre várias camadas estratigráficas bastante revolvidas sugerindo assim uma longa ocupação humana no local¹⁵⁹. O relatório das sondagens realizadas naquele ano era bastante peremptório em afirmar a presença de um aglomerado edificado romano, não apresentando dados alguns sobre o edifício palaciano: “Quanto ao Paço Real, não há dado concreto que indique a sua localização exacta”¹⁶⁰.

Programar-se-ia uma nova intervenção arqueológica logo no ano seguinte, em 1998, que acabaria por comprovar a presença arqueológica de uma *villa* romana, datada dos séculos III-IV, mas com origens anteriores, e ocupação humana nos períodos medieval e moderno¹⁶¹. Mas apesar dos vestígios encontrados e das referências documentais referentes ao paço real, a equipa de arqueologia, nos anos seguintes, parecia estar mais empenhada no estudo (e na indagação) dos achados arqueológicos romanos¹⁶² (Fig. 8) do que no “material cerâmico de fabrico comum que se enquadra, de forma genérica, nos séculos XIV e XVII”, posto a descoberto durante a escavação realizada entre 1 de Abril e 31 de Julho de 2007, e cronologicamente correspondente à ocupação humana da época dionisina¹⁶³.

¹⁵⁸ O edifício cultural encontra-se devoluto e apresenta um avançado estado de degradação material. Segundo as informações prestadas por Ana Raquel Silva, da Divisão de Cultura – Área de Museus do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Loures, está programada uma campanha de beneficiação da Capela de Santa Catarina, que ainda não foi possível executar devido à fragilidade das estruturas fundacionais do edifício. De acordo com o relatório disponibilizado foram já realizadas várias sondagens na área envolvente de implantação com o propósito de avaliar as estruturas das fundações materiais do edifício e tentar localizar outros elementos arquitetónicos. Contudo, em 13 de Dezembro de 1995, parece ter havido interesse da autarquia na classificação do sítio arqueológico, correspondente à área de implantação do antigo paço real dionisino, contíguo à Capela de Santa Catarina, imóvel já classificado como património cultural do Concelho de Loures.

¹⁵⁹ Os fragmentos materiais recolhidos estão hoje depositados no Museu Municipal de Loures, unidade onde se encontra a cópia de uma lápide funerária islâmica datada dos séculos XII-XIII, reveladora da presença das comunidades muçulmanas nesta mesma região. A original guarda-se no Museu Nacional de Arqueologia (N.º Inv.: E6867). FRAGOSO, Vitor – *Carta Arqueológica. Município de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures, 2011, p. 209.

¹⁶⁰ DGPC-PA, SILVA, Ana Raquel Mendes da; SENNA-MARTÍNEZ, João Freitas de; BARBOSA, Pedro Ferreira – *Trabalhos Arqueológicos na Estação Arqueológica de Frielas. Relatório*. CNS 11848, 15 de Outubro de 1997.

¹⁶¹ SILVA, Ana Raquel, “*Villa romana de Frielas*”, pp. 88, 90; DGPC-PA, SILVA, Ana Raquel Mendes da; BARBOSA, Pedro Ferreira – *PNTA/98 Estudo e valorização da estação arqueológica de Frielas. Relatórios*. CNS 11848, 31 de Dezembro 1998.

¹⁶² Logo em 2000 foram realizadas sondagens arqueológicas na Quinta do Serpa, em Frielas, sem a descoberta de novos materiais. Os trabalhos de arqueologia continuariam em 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2013 e 2015. DGPC-PA, SILVA, Ana Raquel Mendes da; BARBOSA, Pedro Ferreira – *PNTA/98 Estudo e valorização da estação arqueológica de Frielas. Relatórios*, CNS 11848, 1998, 31 de Dezembro; 1999, 31 de Dezembro; 2000, 31 de Dezembro; 2001, 31 de Dezembro; 2002, 31 de Dezembro; 2003, 31 de Julho; 2004, 31 de Outubro; 2005. SILVA, Ana Raquel Mendes da – *PNTA/2006 Estudo e valorização da estação arqueológica de Frielas (3ª fase)*, 2006, 30 de Agosto.

¹⁶³ DGPC-PA, SILVA, Ana Raquel Mendes da – *PNTA/2006 Estudo e valorização da estação arqueológica de Frielas (3ª fase). Relatório*, CNS 11848, 2007, 31 de Julho.



Fig. 8 – Interior da habitação da villa romana implantada na área de implantação do Paço Real de Frielas. Autor desconhecido | Registo fotográfico | 1999 (?). Proveniência: Arquivo Municipal de Loures (n.º registo: 09999.394(09))

No seguimento das campanhas arqueológicas realizadas, primeiro entre 28 de Agosto e 12 de Setembro de 2008 e depois entre 1 de Julho e 26 de Setembro de 2013, os objetivos das novas campanhas pareciam centrar-se no estudo da relação entre as construções da Capela de Santa Catarina e do desaparecido Paço Real de Frielas com as estruturas do período romano¹⁶⁴, sem, contudo, apresentar dados mais reveladores¹⁶⁵.

¹⁶⁴ SILVA, Ana Raquel; BARBOSA, Pedro – “Cerâmica de tradição muçulmana da *Uilla* romana de Frielas (Loures)”, p. 111; DGPC-PA, SILVA, Ana Raquel Mendes da – *PNTA/2006 Estudo e valorização da estação arqueológica de Frielas (3ª fase). Relatório*, CNS 11848, 2008, 12 de Setembro; *Projeto de Estudo e Valorização do Sítio Arqueológico de Frielas. Relatório*, CNS 11848, 2013, 26 de Setembro.

¹⁶⁵ Os contínuos trabalhos de arqueologia e o aumento dos estudos sobre o Paço Real de Frielas parecem assim dar força à posição assumida por Montalvão Machado: “Já se disse que o Paço de Frielas não passava duma modesta casa de campo, onde os Reis, de vez em quando, iriam espairar durante algumas horas. Não nos parece que assim fosse, atenta a relativa frequência com que aparecem cartas régias, lavradas em Frielas, e dada a construção da capela, que D. Dinis mandou erigir junto da sua casa. Podia não ser um palácio grandioso, como não o eram os paços reais de Lisboa, dada a modéstia em que viviam os nossos reis afonsinos”. MACHADO, J.T. Montalvão – “Paço Real de Frielas”, p. 190.

O cotejo de todas as informações reunidas nos contratos de compra e venda, nos escassos dados documentais emitidos pela chancelaria régia e nas lacunares crónicas medievais impossibilitam, de todo, proceder a uma análise coerente e a uma descrição completa acerca da implantação física, organização espacial, constituição material e configuração arquitectónica civil do edifício do Paço Real de Frielas. Ignoramos assim por completo a área de implantação (o local exato na área delimitada), a morfologia volumétrica do edificado (térreo ou sobradado), o número de compartimentos e as funções adstritas (desde os aposentos de descanso e recintos de convívio às cozinhas e estrebarias), a distribuição interna das câmaras e áreas de circulação (inferiores e superiores, internas e externas, horizontais e verticais) e as tipologias arquitectónicas adoptadas (das práticas construtivas aos elementos construídos).

Dentro do contexto da presença do espaço sagrado nas residências régias fica ainda confirmada, com a existência da Capela de Santa Catarina, a presença de um edifício cultural integrado no complexo edificado. Assim, num ambiente mais reservado e intimista, muito provavelmente dotado de pequenos retábulos portáteis e peças de imaginária devocional, o Rei e os membros da Família Real que o acompanhavam poderiam dedicar-se assim aos deveres devocionais e exercícios espirituais¹⁶⁶.

Considerando os dados mencionados no contrato estabelecido entre D. Berengária Aires e o carpinteiro escalabitano podemos supor que o Paço Real de Frielas dispusesse de, pelo menos, dois pisos construídos em altura, com soalhos e vigamento em madeira, muito embora dada o local de implantação seja possível que o edifício se desenvolvesse fisicamente de forma mais horizontal do que vertical¹⁶⁷. Conjecturalmente, e com as devidas reservas, somos assim compelidos a considerar a existência de conjuntos de escadas internas, a permitir a circulação vertical entre os pisos, desconhecendo por completo a existência de chaminés, varandins, alpendres, pórticos ou muros, ainda que estes fossem estruturas comuns em outros edifícios paços, conforme sugere o elucidativo desenho do Paço Real de Sintra executado por Duarte d'Armas cerca de dois séculos depois (Fig. 2).

Independentemente da extensão ou duração das campanhas de obras levadas a cabo no Paço Real de Frielas é natural supor, em nosso entender, que D. Dinis tenha recorrido à contratação aos mestres-arquitetos, mestres-de-obras e oficiais envolvidos ou ligados aos principais estaleiros da Coroa, sob a vigilância atenta

¹⁶⁶ É, no entanto, desconhecida a existência de um eventual oratório nas imediações ou mesmo no interior de uma das câmaras vivenciais do Paço de Frielas, uma suposição avançada com base na existência de outros existentes no período homólogo. No Paço Real de Sintra Vieira da Silva mencionou a existência, a par da capela palatina, de vários oratórios privativos. SILVA, José Custódio Vieira da – “Espaços e lugares: o paço”, p. 83.

¹⁶⁷ CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Construir, habitar: A Casa Medieval*, p. 74.

dos oficiais delegados pelo Rei, e em atividade entre os finais do século XIII e o primeiro quartel do século XIV. Embora reconhecendo as fragilidades deste exercício, que joga com meras hipóteses históricas, qual a possibilidade de no edifício régio de Frielas terem exercido o seu mester os *magistri architecti* Antão e Afonso Martins, envolvidos nos trabalhos no vizinho Mosteiro de São Dinis de Odivelas, entre 1295 e 1305¹⁶⁸, considerando que poderá ser o mesmo mestre Antão o responsável pelas obras iniciadas no Paço da Alcáçova de Estremoz, a partir de 1320¹⁶⁹? Teriam ainda tido alguma participação na empresa régia de Frielas os filhos do carpinteiro Abraão, Samuel e Moisés, que aparentemente teriam continuado a exercer o mesmo ofício na obra começada pelo seu pai no Paço do Mosteiro de Almoester¹⁷⁰, ou o carpinteiro João Martins, residente em Frielas e um dos proprietários das três casas adquiridas em Junho de 1310¹⁷¹?

Desconhecemos ainda o tipo de materiais de construção utilizados nesta empresa régia, decerto os comumente requeridos para este tipo de empreitada construtiva na época e abundantes na região – péticos, lígneos, argilosos e alcalinos¹⁷² –, assim como não dispomos de nenhuns dados referentes aos pagamentos executados, por certo feitos segundo os costumes da época, como os que conhecemos para o Paço da Alcáçova de Lisboa, saldados em géneros e em dinheiro¹⁷³.

Mas independentemente das soluções arquitetónicas experienciadas e dos materiais construtivos utilizados, o edifício residencial régio de Frielas exibiria a condição prestigiante do seu principal encomendador e usufruidor, o Rei, pois qualquer habitação exterioriza sempre a posição social do seu proprietário¹⁷⁴.

¹⁶⁸ DIAS, Pedro – *História da Arte em Portugal. O Gótico*, p. 39.

¹⁶⁹ BARROCA, Mário Jorge – “Arquitectura Gótica Civil. Paços Reais”, pp. 93-94.

¹⁷⁰ VITERBO, Francisco Sousa – “Abraão”, p. 480.

¹⁷¹ ANTT, *Direitos Reais*, Lv. 2, fol. 116r: 1310, 28 de Junho, Lisboa – “Carta de compra de três casas em Frielas por D. Dinis a Johan Martiz e Costança Francisca e a Steuam Dominguez e Sancha Martinz”, *apud* BARBOSA, Pedro Gomes; VICENTE, António Balcão – “Frielas Medieval”, p. 33.

¹⁷² A utilização do tijolo, telha e ladrilho fixados com argamassas de cal nesta construção residencial seria quase certa dada a abundância de fornos de cozedura destes espécimes entre Lisboa e Santarém desde os finais do século XII. Os restantes materiais seriam igualmente abundantes na região. CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Construir, habitar: A Casa Medieval*, p. 112.

¹⁷³ ANDRADE, Manuel Ferreira de – *Palácios Reais de Lisboa*, p. 143.

¹⁷⁴ ANDRADE, Amélia Aguiar – “A paisagem urbana medieval portuguesa: uma aproximação”. In *Horizontes Urbanos Medievais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p. 28.

VI. Considerações finais

Devidamente contextualizada a rede de moradias reais intervencionada durante o governo dionisino, inserida no âmbito da política construtiva régia que marcou todo o reinado de D. Dinis, avançamos para o estudo do paço régio localizado em grande proximidade geográfica do principal centro urbano onde tinham assento as principais estruturas administrativas da Coroa, de um dos principais eixos de comunicação do Reino e do complexo monástico onde o próprio Rei viria a ser sepultado.

Inserindo-se na rede de moradas régias secundárias da Coroa, mas integrado nos principais itinerários da Corte dionisina, o Paço Real de Frielas assumiu-se como um espaço privilegiado para a direta gestão de uma parcela do património pessoal do Rei D. Dinis – continuado a ampliar pelo seu imediato sucessor D. Afonso IV –, conforme atestam os diplomas exarados da chancelaria régia. Apesar da menor representação simbólica do próprio complexo edificado, enquanto residência de vilegiatura e periférica localização geográfica no termo de Lisboa, as sucessivas campanhas de obras executadas por determinação régia, comprovadas em dois momentos cronológicos distintos – a primeira efetivada entre 1302 e 1305, e a segunda entre 1310 e 1313 –, atestam assim a preferência desta residência por parte de D. Dinis e da própria D. Isabel.

O desaparecimento total das estruturas materiais do Paço de Frielas, em virtude da destruição trazida pelas invasoras tropas castelhanas em 1383 e a consequente voragem dos tempos, à qual se junta a escassa informação proveniente das poucas fontes documentais conhecidas, resultante da incúria dos homens ao longo dos séculos, permitem apenas conjecturar, e sempre com as devidas cautelas, as áreas de implantação do edifício do paço e as propriedades confinantes que D. Dinis foi adquirindo.

Curiosamente, o devoluto edifício cultural, tanto quanto se sabe erguido sobre o local da primitiva capela palatina de Santa Catarina de Alexandria, é o único monumento edificado associado à memória histórica do antigo Paço Real de Frielas e que mais dados materiais nos proporciona para trabalhar a área de implantação do respetivo paço régio. Mas muitos outros dados históricos poderão vir ser postos a descoberto no seguimento dos trabalhos arqueológicos programados, não apenas sobre o paço real, como também sobre a própria capela que lhe ficaria anexa.

Muito embora não tenhamos conseguido apresentar dados históricos suficientes de modo a caracterizar a configuração material, a disposição espacial, os programas arquitetónicos, os mecanismos construtivos e os modelos estéticos adotados no Paço Real em Frielas, segundo os modelos conhecidos da arquitetura civil palaciana gótica, não temos a menor dúvida de que o complexo edificado

marcou a fácies paisagística da vila de Frielas entre os finais do século XIII e os princípios do século XIV.

O compromisso assumido por D. Dinis na sua residência de Frielas, através de múltiplas empresas construtivas, contribui, em nosso entender, para demonstrar que o Rei-Poeta foi, na verdade, mais um construtor do que um lavrador, parecendo entender mais de arquitetura do que de poesia. Partilhando da mesma opinião deixada pelo cronista-mor frei Francisco de Brandão, que o apelidou de o *rei-fabricador*¹⁷⁵, o cognome mais apropriado para D. Dinis, o sexto rei de Portugal, seria, na verdade, o de Rei-Edificador que decerto, construiu *sempre tudo quanto quis!*

¹⁷⁵ BRANDÃO, frei Francisco – *Sexta parte da Monarchia Lusitana*, Lv. XVIII, Cap. IV, p. 234.